



ATA

Aos **vinte e dois dias** do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas, no auditório da Universidade do Minho, sob a Presidência de **José João Torrinha Martins Bastos**, secretariado por **Pedro Miguel Vilhena Abreu Roque Figueiredo** e **Francisca Maria da Costa Abreu**, reuniu a Assembleia Municipal de Guimarães, com a seguinte Ordem de Trabalhos. -----

INFORMAÇÃO PARA CONHECIMENTO -----

1 – DECLARAÇÕES PREVISTAS NO ART. º 15º DA LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO (LCPA). -----

2 - LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA. -----

3 - RELATÓRIO DE ATIVIDADE 2018 E PLANO DE ATIVIDADES 2019 DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE GUIMARÃES. -----

4 - INSTITUTO NACIONAL ESTATÍSTICA - INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA SOBRE O MUNICÍPIO DE GUIMARÃES. -----

ASSEMBLEIA -----

5 – APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 28 DE JANEIRO DE 2019. -----

CÂMARA -----

6 – ANÁLISE DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES. -----

URBANISMO -----

7 - RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO DO PARQUE DE LAZER VISTA ALEGRE. -----

8 - RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO – TEMPO MARAVILHA, LDA.

RECURSOS HUMANOS -----

- 9 – RECRUTAMENTO PARA CARGOS DIRIGENTES – DESIGNAÇÃO DE JÚRI. --
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS -----**
- 10 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – ENERGIA ELÉTRICA PARA ILUMINAÇÃO
PÚBLICA E PARA DIVERSAS INSTALAÇÕES PERTENCENTES À CÂMARA
MUNICIPAL DE GUIMARÃES – RENOVAÇÃO DO CONTRATO (CONCURSO
PÚBLICO Nº 7/15). -----**
- 11 - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O MUNICÍPIO DE
GUIMARÃES, AO ABRIGO DO ACORDO-QUADRO DE FORNECIMENTO DE
ELETRICIDADE, CELEBRADO PELA CENTRAL DE COMPRAS DA COMUNIDADE
INTERMUNICIPAL DO AVE - REPARTIÇÃO DE ENCARGOS. -----
ENTIDADES PARTICIPADAS -----**
- 12 -CONTRATO PROGRAMA COM A COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO
FRATERNA CENTRO COMUNITÁRIO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL C.I.P.R.L. -
2019 LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO. -----
EDUCAÇÃO -----**
- 13 - ADESÃO DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES À ASSOCIAÇÃO PROCHILD
COLLAB. -----
PATRIMÓNIO -----**
- 14 – DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE UMA PARCELA DE TERRENO
SITUADA NO PARQUE INDUSTRIAL DE PONTE – 2ª FASE. -----**
- 15 – DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE PARCELA DE TERRENO SITA
NO LUGAR DO ASSENTO, FREGUESIA DE INFANTAS. -----
FREGUESIAS -----**
- 16 - FREGUESIA DE RONFE - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E SUBSÍDIO –
RETIFICAÇÃO - DELIBERAÇÃO DE 27 DE ABRIL DE 2017. -----**
- 17 - FREGUESIA DE ALDÃO – RETIFICAÇÃO DE SUBSIDIO PARA DELEGAÇÃO
DE COMPETÊNCIAS - OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS EM DIVERSAS
RUAS. -----**



- 18 - ANTIGA ESCOLA EB1 DE CALVÁRIO - COMODATO - FREGUESIA DE GONDAR. -----**
- 19 - FREGUESIA DE MOREIRA DE CÓNEGOS - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO. -----**
- 20 -FREGUESIA DE PINHEIRO - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO. -----**
FREGUESIAS (SUBSÍDIOS) -----
- 21 - APOIO PARA A INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE FITNESS PARA A UNIÃO DAS FREGUESIAS DE LEITÕES, OLEIROS E FIGUEIREDO E UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SOUTO SANTA MARIA, SOUTO S. SALVADOR E GONDOMAR. -----**
- 22 - FREGUESIA DE CREIXOMIL – CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – ANO DE 2018 – PRIMEIRA REVISÃO. -----**
- 23 - FREGUESIA DA COSTA – CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – ANO DE 2017 – SEGUNDA REVISÃO. -----**
- 24 - FREGUESIA DA COSTA – CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – ANO DE 2018 – SEGUNDA REVISÃO. -----**
- 25 - FREGUESIA DE INFANTAS – CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – ANO DE 2018 – PRIMEIRA REVISÃO. -----**
- 26 - UNIÃO DE FREGUESIAS CANDOSO SANTIAGO E MASCOTELOS – CONTRATO ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – ANO 2018 – PRIMEIRA REVISÃO.**
- 27 - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ATÃES E RENDUFE - CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – ANO DE 2018 – SEGUNDA REVISÃO. -----**
- 28 - UNIÃO DE FREGUESIAS DE PRAZINS SANTO TIRSO E CORVITE – CONTRATO ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – ANO 2018 – PRIMEIRA REVISÃO.**
- 29 - FREGUESIA DE PONTE – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – DELIBERAÇÃO DE 12/04/2018 - PRIMEIRA REVISÃO. -----**
- 30 - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AIRÃO SANTA MARIA, AIRÃO SÃO JOÃO E**

VERMIL – CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – ANO DE 2018 – PRIMEIRA REVISÃO. -----

31 - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SOUTO SANTA MARIA, SOUTO SÃO SALVADOR E GONDOMAR – CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – ANO DE 2018 – PRIMEIRA REVISÃO. -----

32 - FREGUESIA DE CALDELAS - VILA DAS TAIPAS, VILA NATAL 2018 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO. -----

33 - FREGUESIA DE AZURÉM - CONTINUIDADE DO PROJETO SOCIAL "OFICINA DAS LETRAS" 13 DE MARÇO DE 2019 A 12 DE MARÇO DE 2020. ---

34 - FREGUESIA DE RONFE - CONTINUIDADE DO PROJETO SOCIAL INTERVENÇÃO LOCAL: PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DE 13 DE MARÇO DE 2019 A 12 DE MARÇO DE 2020. -----

35 - FREGUESIA DE INFANTAS - CONTINUIDADE DO PROJETO SOCIAL CONSIGO: EQUIPAMENTOS ADAPTATIVOS E ACOMPANHAMENTO DE PROXIMIDADE DE 13 DE MARÇO DE 2019 A 12 DE MARÇO DE 2020. -----

FREGUESIAS (DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS) -----

36 - ACORDO DE EXECUÇÃO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS PARA LIMPEZA DAS VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS, SARJETAS E SUMIDOUROS E DE REALIZAÇÃO DE PEQUENAS REPARAÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO – 2019. -----

37 - FREGUESIA DE SILVARES - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – DELIBERAÇÃO DE 31 DE OUTUBRO DE 2018 – PRIMEIRA REVISÃO. -----

38 - FREGUESIA DE SERZEDELO - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ANO DE 2018 – PRIMEIRA REVISÃO. -----

39 - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PRAZINS SANTO TIRSO E CORVITE - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS –



ANO DE 2017 – SEGUNDA REVISÃO. -----

40 - FREGUESIA DE PONTE – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - CONCLUSÃO DA REQUALIFICAÇÃO DO LARGO COMENDADOR MANUEL GONÇALVES, EM CAMPELOS, E ALARGAMENTO DA RUA REITOR JOAQUIM AUGUSTO MACIEL RIBEIRO TORRES – DELIBERAÇÃO DE 12/04/2018 - PRIMEIRA REVISÃO. -----

41 - FREGUESIA DE URGEZES - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ANO DE 2017 – SEGUNDA REVISÃO. -----

42 - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SOUTO SANTA MARIA, SOUTO S. SALVADOR E GONDOMAR - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ANO DE 2018 – PRIMEIRA REVISÃO. -----

43 - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS DE LORDELO E SELHO S. CRISTÓVÃO PARA GESTÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS. -----
TRÂNSITO -----

44 - ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA FREGUESIA DE FERMENTÕES. -----

45 - ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA RUA 1.º DE MAIO - FREGUESIA DE SILVARES. -----

ELEIÇÕES -----

46 - ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GUIMARÃES PARA INTEGRAR A COMISSÃO CONSULTIVA DA SEGUNDA REVISÃO DO PDM. -----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA -----

47 - APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA. -----

Estiveram presentes os seguintes membros: **Eleitos diretos: (PS)** - José João Torrinha Martins Bastos, Armindo José Ferreira da Costa e Silva, Luís Miguel Morgado Laranjeiro, Francisca Maria da Costa Abreu, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Nelson José Guimarães Felgueiras, Marta de Abreu Coutada,

Paulo Rui Lopes Pereira da Silva, Maria Elisabete Veloso Machado Costa Martins, Pedro Miguel Vilhena Abreu Roque Figueiredo, Hugo Maciel Tavares de Freitas, Susana Gabriela Meireles Campos Nunes, Manuel Américo Antunes de Freitas, António Fernando Macedo Ribeiro, Maria de Jesus Teixeira Carvalho, José da Silva Fernandes, Carlos Alexandre Lopes Rodrigues Ribeiro, Maria José Teixeira Martins, Paulo Pinto de Carvalho Freitas do Amaral, Elsa Cristina Silva Ribeiro, José de Castro Dias, Manuel Martins Salgado, Sandra da Luz da Cunha Martins, Márcio Rafael da Silva Ferreira, António Rogério Ferreira Paiva, Hugo Francisco Monteiro Teixeira; **(PSD)** - Ana Paula Cardoso Lemos Damião, César Nuno da Costa Teixeira, Emídio Guerreiro, Margarida Pinheiro Pereira, Ana Margarida da Costa Teixeira, Rui Armindo da Costa Freitas, Isabel Filipa de Lemos Moreira Leite, Mário Augusto Araújo Ribeiro, Eduardo Miguel Teixeira Fernandes e Sara Daniela Martins Marques Silva; **(CDS-PP)** – Rui Miguel de Meira Barreira, Elsa Maria da Silva Castro, Paulo Miguel Lima Peixoto e Maria José Lopes de Sousa Pinto; **(CDU)** - Mariana da Conceição Pereira da Silva, Pedro Manuel Pastor Torcato Ribeiro e Miguel Ângelo Leite Vieira **(BE)** – Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro. **(Por inerência do cargo de Presidente de Junta)** - Maria da Conceição da Cunha e Castro – PS, José de Castro Antunes – PS, Sérgio Manuel Antunes Freitas da Silva – PS, Maria de Fátima Saldanha Cardoso – PS, Luís Miguel Freitas Marques Carvalho Soares – PS, Maria Odete de Abreu Lemos – PS, Carlos Artur Faria Ribeiro Coimbra – PS, Luís António Castro Silva Durães (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Fermentões) – PS, Carlos Manuel Oliveira Ferreira (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Gonça) – PS, Agostinho Salgado Faria – PS, Paulo Manuel Ferreira da Silva – PS, Cristina Patrícia Lemos Fernandes – PS, Isilda Gomes da Silva – PS, Manuel da Costa Teixeira – PS, Alcino José de Sousa – PSD, António Brás Mendes Pereira – PS,



Joaquim Jorge da Mota Pereira – PS, João Manuel Gonçalves Miranda – PS, Domingos Vaz Peixoto – PS, David José Gonçalves Faria (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Polvoreira) – PS, Serafim Lopes Fernandes (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Ponte) - PS, Natália Maria da Silva Fernandes Ribeiro – PSD, Maria Adelaide Andrade Silva – PS, José Armando Morais da Silva – PS, Antero Daniel Fernandes Freitas (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de S. Torcato) – PSD, Marta Filipa da Silva Gonçalves – PS, Néilson Cristiano Gonçalves Ferreira – PS, Ricardo Jorge Carvalho de Castro – PS, João Miguel Castro Oliveira – PS, José Augusto da Costa Araújo – PSD, Marçal Avelino Salazar Marques Mendes - PSD, José Carlos Fernandes da Cruz – PS, David Patrício Lopes Araújo – PS, Vítor Manuel da Silva Pais – PS, Abílio Lima de Freitas – PSD, Guilherme Paulo Ribeiro Abreu – PS, Flávio Romeu de Sousa Freitas (em representação do Presidente da Junta da União das Freguesias de Conde e Gandarela) – PS, João Carlos Silva Alves – PS, Rui Porfírio Lopes Silva – PSD, Manuel das Neves Rodrigues – PSD, Francisco Ferreira Gonçalves - PS, Francisco Bruno da Silva Oliveira – PS, Daniel Filipe Macedo de Oliveira - PSD, Armindo Filipe da Silva Lopes – PS, Manuel Fernando Alves Cardoso – PSD e Carlos Alberto Peixoto de Sousa – PS. -----

Substituição por ausência inferior a trinta dias: Manuel da Costa Mendes Lopes, Sérgio Alberto Castro Rocha, Manuel Fernando da Cunha Fernandes, Sónia Ermelinda Matos Silva Fertuzinhos, César Manuel de Castro Machado, Augusto Rafael Capela Duarte, Daniel André de Sousa Rodrigues, Tiago Vieira Laranjeiro, Rui Alexandre Pereira Barros da Cunha Pereira, José Cardoso de Menezes Couceiro da Costa, Susana Manuela Marques Araújo, André Filipe Castro e Sousa Casalta, Ana Rita Abreu Fernandes, Fernando Miguel Machado Pereira Silva Araújo, Carlos Henrique Ribeiro de Barros, Elva

Raquel Camarero Cancela Gusmão, Ângela Ivone Rodrigues Oliveira, Rui Miguel Ribeiro Correia, Vasco André de Sousa Rodrigues, Alfredo Manuel Alves e Sousa, Cândido Capela Dias, Célia Maria Abreu Magalhães, José Pedro Aguiar Branco, Rui Manuel Alves Martins, António Alberto Costa Martins, Augusto César Fernandes Guimarães, Alexandra Santos Gonçalves Ferreira e Carlos Alberto Alves Miranda Oliveira.-----

Faltaram os seguintes membros: Paula Cristiana da Silva Ribeiro, Rita Alexandra Rodrigues Caldas, João Miguel Cardoso Barbosa, Manuel Lourenço Lima Amaral, António Fernando Meireles Lopes e António Martins Gonçalves. -----

Presenças da Câmara Municipal – Presidente Domingos Bragança Salgado e Vereadores Ricardo Jorge Castro Ribeiro Costa, Adelina Paula Mendes Pinto, Paula Cristina Santos Oliveira, Alice Sofia de Freitas Soares Ferreira Fernandes, Fernando José Barros Pacheco Seara de Sá, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e Hugo Miguel Alves Ribeiro.-----

Pelas **vinte e uma horas e quinze e minutos** havia quórum e o Presidente da Mesa **DECLAROU REABERTA** a sessão. -----

-----**LEITURA DO EXPEDIENTE**-----

Do ofício do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português remetendo teor da pergunta formulada ao Ministério da Saúde a respeito das carências sentidas no Hospital Senhora da Oliveira; Do ofício do Grupo Parlamentar Os Verdes remetendo o projeto de resolução que apresentaram na Assembleia da República que recomenda ao Governo o alargamento do âmbito de aplicação da cobertura do seguro escolar às deslocações em bicicleta; Do ofício do Grupo Parlamentar Os Verdes remetendo a resposta do Ministério do Ambiente à pergunta que lhe dirigiram sobre as descargas poluentes da Ribeira da Agrela – Guimarães; Do ofício da Câmara Municipal de Guimarães



remetendo resposta ao requerimento do PSD a respeito do Mapa Ruído; Do ofício da Câmara Municipal de Guimarães remetendo a resposta ao requerimento da CDU a respeito do Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas Municipais e Tabela de Taxas e Outras Receitas; Do ofício do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português remetendo, para conhecimento, diversas iniciativas entregues na Assembleia da República a respeito do processo de descentralização; Do ofício da Câmara Municipal de Guimarães a solicitar a não inclusão da proposta “Adesão do Município de Guimarães à Tarifa Social da Água” na ordem de trabalhos desta sessão, por considerar necessário um estudo mais aprofundado sobre a matéria. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----**INTERVENÇÕES**-----

Emídio Guerreiro, do Grupo Parlamentar Municipal do PSD, informou que na passada segunda-feira ocorreu alterações na Direção do Grupo Parlamentar do PSD, cabendo-lhe a si assumir as funções de liderar este Grupo Parlamentar na Assembleia Municipal. E, nesta sua primeira intervenção, disse querer cumprimentar todos os membros da Assembleia e querer partilhar aquilo que era as intenções do seu Grupo Parlamentar. Anunciou, então, que se comprometiam perante a Assembleia em ter uma oposição firme, mas leal, construtiva e tendo sempre em linha de conta aquilo que era os interesses da comunidade, com a capacidade de separar o essencial do acessório. Disse ser isso que os movia e que era esse o compromisso que queria assumir nesta sua primeira intervenção. Fez, de seguida, uma breve referência ao seu antecessor, Tiago Vieira Laranjeiro, que a sua vida não lhe permite continuar o trajeto que tinha na liderança do PSD, mas realçando ser um jovem vimaranense convicto nas suas ideias e nos seus ideais e com muito para dar à comunidade e à política local.

Concluiu, citando que Guimarães precisa de todos e que, por isso, ali estavam. -----

Mariana da Conceição Pereira da Silva, do Grupo Parlamentar Municipal da CDU, fez uma intervenção lendo, em voz alta o teor do texto que a seguir se transcreve: *“Estamos em Fevereiro e espera-se para este fim-de-semana temperaturas anormais para a estação do ano. A temperatura vai subir, dizem os entendidos. Sendo expressão das Alterações Climáticas a que vimos assistindo e sentindo, tal exige que se alterem algumas rotinas e planos. Já não é para os meses de Verão a prevenção de fogos florestais, já não é e nunca foi, porque só faz sentido que a prevenção seja feita uns meses antes, com ordenamento, com utilização do espaço com agricultura e pecuária, com limpeza, com reflorestação, com contratação de vigilantes. Em Janeiro do presente ano, sabíamos pela imprensa que foram sinalizadas 13 freguesias de Guimarães como tendo risco muito alto de incêndio. E 30 freguesias encontram-se em risco médio de incêndio. Assim sendo temos 43 freguesias, das 48 existentes no concelho de Guimarães, nas quais podem ocorrer fogos florestais. Estes números são preocupantes e justificaram que algumas destas freguesias fossem já incluídas na primeira prioridade para a limpeza de terrenos. Parece que nada foi feito, continuando a ser motivo de preocupação. Que medidas foram tomadas para que nas freguesias Costa, Gonça, Longos, Moreira de Cónegos, Nespereira, Selho S. Cristóvão, Serzedelo, UF Abação e Gémeos, UF Arosa e Castelões, UF Briteiros São Salvador e Briteiros Santa Leocádia, UF Leitões, Oleiros e Figueiredo, UF Sande São Lourenço e Balazar e UF Serzedo e Calvos, sinalizadas com o risco mais alto de incêndio, as populações possam estar tranquilas? E já que falamos em prevenção e planos de prevenção aproveito para questionar o senhor presidente da câmara sobre os planos municipais. Ora, no sítio da Câmara Municipal podemos encontrar o Plano Municipal da Defesa da*



Floresta contra Incêndios - Diagnóstico de 2012 e o Plano Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios - Plano de Ação, de 2015. Mas não está publicado o Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios elaborado pela Câmara Municipal e apresentado às Juntas de Freguesia a 2 de Março de 2018! Pode ser falha minha, talvez alguma questão me tenha escapado na pesquisa, mas este plano aprovado pela Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra incêndios de Guimarães e apresentado às freguesias do concelho foi ou não aprovado pelo ICNF? Já agora, qual é a relação da CM com o ICNF que, segundo o relatório do Observatório Técnico Independente, está depauperado. Responde às solicitações da autarquia? Há articulação? E mantendo o tema de limpeza, senhor presidente, existe algum plano da câmara municipal para controlar espécies de crescimento rápido? Estas invasoras, que invadem a Circular Urbana e que aniquilam toda a biodiversidade que poderia crescer naquela zona. Com a obrigatoriedade até 15 de Março da limpeza em grandes vias vão-se criando clareiras que permitem a proliferação destas espécies que apenas prejudicam e que como não têm valor comercial ficam esquecidas a prejudicar a biodiversidade local.” -----

Marta Abreu Coutada, do Grupo Parlamentar Municipal do PS, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o teor do texto que a seguir se reproduz: *“Para grande satisfação de todos e todas as vimaranenses, assistimos esta semana ao início das tão necessárias obras de adaptação e requalificação do Serviço de Urgências do Hospital da Senhora da Oliveira de Guimarães. Após anos de espera e de reivindicação, foi possível reunir as condições necessárias para dar início a esta obra num Hospital de importância estratégica a nível regional, já que serve, direta e indiretamente, os 8 concelhos do Ave, abrangendo cerca de 300 mil habitantes. Importância*

estratégica esta, aliás, reconhecida pela Comunidade Intermunicipal do Ave que, oportunamente, identificou a necessidade desta requalificação no seu mapeamento de investimentos prioritários na região através dos Fundos Estruturais. O projeto de requalificação do Serviço de Urgências do Hospital Senhora da Oliveira, prevendo a ampliação do seu espaço atual para 2450m2 e permitindo assim a reorganização dos seus serviços, melhorará consideravelmente a assistência aos doentes urgentes da região, permitindo, designadamente: - Garantir uma resposta capaz ao número de urgências diárias, dentro dos tempos de resposta preconizados pela Triagem de Manchester; - Melhorar os resultados em saúde associados aos doentes do Serviço de Urgência (nomeadamente Mortalidade e Morbilidade); - Permitir o cumprimento das metas definidas com a tutela, designadamente no que respeita aos indicadores de qualidade e eficiência; - Aumentar a satisfação dos doentes, reduzindo o número de queixas e reclamações, com impacto nas listas de espera, uma vez que se espera um atendimento mais célere. Em suma, teremos cuidados de saúde de maior qualidade, bem como, melhores condições de trabalho para os seus profissionais. Como mencionei no início desta intervenção, este foi um caminho longo, com inúmeros obstáculos, com avanços e recuos, um caminho feito de muita negociação e, sobretudo, de muito inconformismo por parte daqueles que nele intervieram de forma mais direta. E aqui, para além de reconhecer o trabalho realizado pelas diferentes administrações deste Hospital, que reivindicaram a execução desta obra, que se candidataram a Fundos Comunitários e que não se conformaram com a falta de parte da verba necessária, procurando o apoio do Município para o efeito, não poderei deixar de destacar todo o empenho do Senhor Presidente da Câmara na resolução das questões que obstaculizavam o início desta tão almejada obra, não se conformando com os obstáculos que encontrou pelo caminho, lutando para os ultrapassar e



alocando os recursos necessários em prol do bem-estar da população. Efetivamente, o Sr. Presidente da Câmara: Não só promoveu, em sede da CIM do Ave, a inclusão desta obra no mapeamento de investimentos prioritários na área da saúde pelos Fundos Estruturais, possibilitando assim a abertura do concurso que financia uma parte do projeto de requalificação; Como também, reivindicou, diretamente e sempre que teve oportunidade, esta obra junto de quem tem a responsabilidade primeira de a financiar; Envolveu, igualmente, nesta reivindicação os deputados socialistas do distrito de Braga, em geral, e o Deputado Luís Soares, em particular, que reuniram mais que uma vez com o Sr. Ministro da Saúde de então e reforçaram a extrema necessidade desta intervenção; e, por fim; Inconformado com a falta de verba do Hospital para cofinanciar o montante global em falta, disponibilizou um milhão cento e cinquenta mil euros indispensáveis à realização desta obra. É este inconformismo com o que não corresponde aos padrões de qualidade de vida que deseja para todos os vimeiraneses que, aliado à capacidade de concretização que o caracteriza, tem possibilitado que projetos estruturantes para o concelho, como este, vejam finalmente a luz do dia. Porque o importante é Guimarães e os Vimeiraneses!” -----

Rui Armindo da Costa Freitas, do Grupo parlamentar Municipal do PSD, começou por lembrar que há um ano atrás fez uma intervenção na Assembleia Municipal alertando para a excessiva dependência da nossa economia de um só setor, o têxtil e calçado. Nessa altura, disse que ter afirmado que a nossa economia será tanto mais forte quanto mais diversificada estiver, permitindo que se torne mais resiliente em cenários de crises setoriais. Também que tinha identificado que a década que havia passado tinha sido uma das melhores décadas da história da nossa indústria,

têxtil e calçado, fruto do comprometimento da nossa classe industrial e comercial, que soube tirar partido de alterações que aconteceram na sua indústria e, assim, se tornaram num parceiro fundamental para grandes grupos internacionais, um deles bem identificado e parceiro de longa data na região do vale do Ave. Igualmente, tinha afirmado que a grande vantagem que estava a ser dada pela indústria têxtil e do calçado era o tempo, tempo que entendiam ser a grande oportunidade para ajudar, num contexto de crescimento, aproveitar para diversificar a nossa economia. Referiu, então, que dos números que compõe as nossas exportações, resulta que o peso da indústria têxtil e do calçado é hoje de 76% em Guimarães, de acordo com dados de 2018, comparando com 26% e Famalicão e 10% em Braga, considerando que esta realidade mostra que, apesar dos alertas que têm vindo a fazer nos últimos anos, muito pouco tem vindo a ser feito para que esta realidade se altere, afirmando, hoje, aquilo que afirmou há um ano atrás - uma crise irá acontecer, não sabemos é quando! Logo, restava voltar para a necessidade de captação de investimento externo pela criação de melhor clima de negócios, seja pelo contacto direto com parceiros que beneficiem de uma estrutura de serviços que servem atualmente apenas um setor e também eles poderiam estar menos dependentes. Continuou pedindo que se governe para a realidade e menos para as parangonas, que as políticas passem da diplomacia local para a sua concreta efetivação em número e que esta realidade se altere. Disse acreditar que ainda estávamos longe de uma crise setorial e que reiterava a confiança nos nossos industriais e comerciantes. Finalizou, afirmando que qualquer oscilação neste setor tem um impacto imediato na nossa economia local, tal é a nossa dependência. ---

Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro, do Grupo Parlamentar Municipal do BE, fez uma intervenção lendo, em voz alta, o teor do texto que a seguir se transcreve: *“O assunto que trago aqui hoje não é novo, mas é da maior*



importância para o município. A ausência de mercado de arrendamento apresenta-se, cada vez mais, como um obstáculo à fixação de população no concelho. Por isso, gostaria de chamar a atenção para a alteração da legislação que versa o arrendamento habitacional efetuadas pela Assembleia da República e que foram publicadas em janeiro e fevereiro. O Bloco de Esquerda, neste processo, tinha proposto que se desse mais preponderância e benefícios aos contratos por tempo indeterminado, sendo que os contratos deveriam ter um mínimo de 5 anos, exceto os que seriam definidos como transitórios e não de habitação própria permanente. Para além disso propúnhamos a proteção a todos que morassem em economia comum com o arrendatário há mais de um ano e com mais 65 anos ou mais de 60% de incapacidade, assim como abranger essas pessoas na possibilidade de transmissão por morte, pela fragilidade destes grupos sociais. Tínhamos proposto igualmente outras medidas, entre elas, uma de apoio aos proprietários de poucos recursos para manutenção de rendas baixas para os seus inquilinos. Relativamente à possibilidade de denúncia destes contratos, tínhamos proposto que não pudessem ser sem a decorrência de 5 anos de contrato e que esse aviso fosse feito com pelo menos 5 anos de antecedência. Foi aprovada apenas a primeira parte da proposta. Propusemos uma significativa baixa da taxa de IRS nos contratos por tempo indeterminado com o limite de valor de renda a 4% do Valor Patrimonial Tributável. Inicialmente o PS aproximou-se a uma limitação do valor da renda como fator para baixa da taxa liberatória, no entanto esta aproximação sofreu uma reviravolta decorrente dos adiamentos promovidos pelo PS. As taxas agora aprovadas são uma pressão acrescida para a rotatividade dos contratos e só se aplicam a novos contratos. Propôs-se, ainda, a revogação do Balcão Nacional do Arrendamento (Balcão dos

Despejos promovido pelo PSD/CDS). Conseguiu-se uma moratória e alguma possibilidade de reversão aos despejos decorrentes da Lei Cristas, protegendo pessoas com mais 65 anos e mais 60% de incapacidade que residam no mesmo locado há 15 anos. No caso de contratos a prazo, as pessoas deverão residir no locado há 20 anos. Garantiu-se um mecanismo de contraordenação aos senhorios no caso de estes, ou outros em seu nome, incorrerem em conduta de assédio imobiliário. Alguma proteção acrescida no caso de transmissão por morte ou ainda para moradores em economia comum e com parentesco direto com o inquilino. As nossas propostas eram, no entanto, no sentido de proteger toda esta população. Os contratos passaram a ter uma duração mínima de 3 anos e conseguimos ainda a alteração do conceito de obras profundas, para o caso das obras não permitirem condições para habitação. Conseguimos ainda, e neste processo, aprofundar o Direito de Preferência e levantar os limites ao endividamento das autarquias no investimento em habitação, que o Partido Socialista rejeitou na Assembleia da República, mas o Governo inscreveu no Orçamento de Estado para 2019. E é esta última proposta que permite aos municípios desenvolver investimentos concretos na reabilitação e construção, permitindo o aumento a oferta de habitação. A situação em Guimarães é preocupante, porque quem quer morar cá, não encontra casa ou os preços praticados são exorbitantes. A oferta pública de habitação é quase reduzida e só está disponível apenas para famílias carenciadas, excluindo as famílias de classe média, que apresentam cada vez mais dificuldades na obtenção de uma solução no mercado livre. Portanto, é necessário, como o Bloco de Esquerda já alertou, que o executivo desenvolva um programa público que salvguarde o arrendamento a preços controlados. Por um lado, garantiremos o acesso à habitação às famílias vimaranenses, conforme definido pela Constituição da República Portuguesa. Por outro lado,



funcionará como regulador do mercado, permitindo a redução do preço médio dos arrendamentos praticados. Outro assunto que gostaria de trazer aqui a esta Assembleia tem a ver com a desigualdade de género. Dados divulgados recentemente mostram que, em 2017, o salário médio das mulheres portuguesas ultrapassou a fasquia dos mil euros brutos. Tinha acontecido o mesmo aos homens portugueses, mas em 2005. Ou seja, passaram 12 anos! A diferença salarial, contudo, diminuirá. Esta semana, passou a ter força de lei. De acordo com dados do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) as mulheres portuguesas recebem, em média, menos 16,7% do que os homens. Se forem incluídos os subsídios, a diferença é ainda maior: 20,1%. Os dados são do último Inquérito aos Ganhos e à Duração do Trabalho do Ministério do Trabalho. Com a lei que entrou em vigor esta quinta-feira, tenta-se contrariar as previsões mais pessimistas, como as do Fórum Económico Mundial, que apontam para 202 anos até que haja igualdade salarial. Com ela, o Relatório Único feito pelas empresas passa a ter de incluir informações em relação ao sexo dos trabalhadores. Com esses dados, o serviço do ministério irá determinar se a empresa assegura o princípio da igualdade salarial. Caso não o faça, a empresa incorrerá numa contraordenação grave, podendo ficar impedida de participar em concursos públicos durante dois anos. Antes disso, tem de implementar, durante um ano, um plano de avaliação. Para já, esta lei aplica-se apenas às empresas com mais de 250 trabalhadores e trabalhadoras. Dentro de três anos, irá incluir todas as organizações com mais de 50 pessoas. E a questão das desigualdades de género também se verifica na vida familiar, onde as mulheres são vítimas de violência com demasiada frequência. Segundo o Observatório de Mulheres Assassinadas da UMAR, nos últimos 15 anos morreram 503 mulheres e cerca de 600 foram

vítimas de tentativas de assassinato. No mesmo período, mais de 1000 crianças ficaram órfãs. Em 2018, registaram-se, em Portugal, quase 30 mil participações do crime de Violência Doméstica. Só este ano, 2019, já foram assassinadas 11 mulheres e 1 criança em contexto de violência doméstica e de relações de intimidade. Nestes casos, existiam já processos, queixas, tentativas de pedir ajuda que não foram ouvidas por ninguém. O sistema que deveria apoiar as vítimas de violência doméstica continua a falhar redondamente. Exige-se que o combate à violência doméstica seja uma prioridade efetiva das políticas públicas. Por isso, além de convidar ao voto favorável na moção do Bloco de Esquerda, gostaria de apelar à participação na Greve Internacional Feminista, que irá ocorrer um pouco por todo o país, no dia 8 de Março. No distrito de Braga, a Rede 8 Março está a convocar para as 18h na Avenida Central. É tempo de dizer basta: Basta de desigualdade no trabalho assalariado! Basta de desigualdade no trabalho doméstico e dos cuidados! Basta de reprodução das desigualdades e do preconceito nas escolas! Basta de estereótipos e de incentivos ao consumo! Basta de destruição ambiental! Basta de guerra e de perseguição às pessoas migrantes! VIVAS, LIVRES E UNIDAS!” -----

Paulo Miguel Lima Peixoto, do Grupo Parlamentar Municipal do CDS-PP, fez uma intervenção sobre o plano de despoluição do Rio Ave, lendo, em voz alta, o teor do texto que a seguir se transcreve: *“Nestes últimos dias tivemos noção do verdadeiro estado da situação política do País. Assistimos á verdadeira hipocrisia de vermos partidos críticos do governo de manhã, á tarde se mostrarem benevolentes e à noite, apesar de falarem na vontade de censura, votarem a favor do Governo para ele se aguentar. E esta é a forma como vai o País... Um bloco de esquerda que atira ao CDS que não é legítimo que censure o Governo, porque esteve sempre calado e nunca foi oposição? Já lá iremos...Mas desde já fica escrito... Esquerda, que é radical, pensa que*



só ela pode dizer mal... Do bloco de esquerda, as críticas são às grosas, se bem que na votação, as suas críticas são prosas... E porquê? Porque o Bloco de Esquerda não tem coerência política... Um bom exemplo é protagonizado por Francisco Louçã... que de revolucionário, passou a conselheiro de Estado e a membro do Banco de Portugal... Quem diria...até daria um livro. Que tal o título? "Louçã e o Capitalismo... Um amor de oportunidade" O Bloco que vinha para a porta das fábricas criticar o Governo e que depois vota para o sustentar. O Bloco de ideias vagas. E o PCP... Num dia dizem que o barco é indestrutível e que nunca se afundará... Num dia mandam os seus sindicatos fazerem graves atrás de greves contra o Governo... Nesse mesmo dia dizem que o Governo é afinal um governo minoritário do PS, que tem a muleta do CDS e do PSD... E no dia em que batem no rochedo? Nessa mesma hora, esse mesmo PCP... que tem de censurar o governo e as suas políticas... que tem de censurar o capitão, simplesmente se transforma na muleta e salva vidas dos passageiros, qual bengala de madeira de carvalho, que vota ao lado do governo e sustenta o poder... O PCP consegue dizer que o Governo merece ser censurado porque governa com a ajuda do CDS e do PSD... Diz isso... E assim vai o País em direção ao abismo... Começaram os sinais... As empresas do vale do ave... as empresas têxteis começam a sofrer a consequência de uma propaganda que vendeu durante algum tempo... As pessoas começam a sentir o que nós dizíamos com seriedade, e que a esquerda escondia, com motivação do poder... a história de 2011 está a repetir-se... Um partido socialista que só se revê em família... Do aumento dos desempregados... Ao resvalar da economia na convergência com a europa... Até ao anúncio pelo governo de que o dinheiro, afinal, ainda que com o fim da "Costaridade", é escasso... Cantando e rindo o País segue para o abismo... o abismo do resgate... Os discípulos de Sócrates estão no poder... Um poder de faz de

conta... que com censura do CDS merece o aplauso daqueles que à esquerda inicialmente caíram no engodo mas não o admitem e não querem aceitar o erro pois é mais fácil acusar a direita como sempre... Uma direita que se mantém, que se assume e que não tem medo... Não tem medo... e acima de tudo... não tem a coluna igual ao desenho da estrada prá Penha... Em breve teremos eleições europeias... Como candidatos, teremos um grande deputado europeu, que assume todas as defesas de Portugal... Nuno Melo pelo CDS e com o CDS de Guimarães. Pelo PS teremos alguém cuja primeira ação de campanha foi empunhar um cachecol do Benfica e dizer que “ali estava na Europa”... e no PCP João Ferreira... aquele que (mais uma vez) se põe ao lado do “democrata” Maduro e ataca todos os Europeus... Assim vai Portugal... Porque quem escolhe a esquerda, pensa como Condessa Diane “Prefiro o sonho à ilusão; no sonho sabe-se que temos os olhos fechados; na ilusão julgamos tê-los abertos.” Portugal precisa de acordar...” -----

Ana Paula Cardoso Lemos Damião, do Grupo Parlamentar Municipal do PSD, fez uma intervenção sobre o plano de despoluição do Rio Ave, lendo, em voz alta, o teor do texto que a seguir se transcreve: *“Nesta sessão apresentamos uma Moção intitulada Plano de despoluição e revitalização da bacia hidrográfica do Rio Ave que no final será votada favoravelmente por todos os grupos parlamentares não tenho grandes dúvidas disso, sem querer contudo, condicionar nenhuma das bancadas! Por o assunto ser tão sério e o Rio Ave ser tão aqui e tão nosso, era muito importante que o Presidente da Câmara também se pronunciasse sobre o seu conteúdo. Vejamos, todos aceitamos o repto da Câmara de sermos cada vez mais verdes; a própria Câmara tem que, por isso, prosseguir o caminho de melhor verdura e este caminho não pode ter falhas nem ser feito aos bochechos e só em algumas vertentes. O Rio Ave tem que nos merecer um carinho especial. Tem que nos fazer sentir que o cuidamos e preservamos. Se estivéssemos na América, certamente já*



haveria uma qualquer campanha intitulada Rio Ave we love and care you. Como estamos por cá, temos que fazer as coisas à nossa maneira, mas temos que fazer bem. E temos que fazer com a assunção de todas as responsabilidades por parte de quem tem o poder executivo, porque é quem o pode fazer. É verdade que a Câmara em 2015, na sequência de várias descargas brutais e abomináveis de algumas empresas decidiu agir e reunir a toda a pressa com varias entidades, vindo a resultar a elaboração do Plano de Ação para a Despoluição do Rio Ave e tudo melhorou bastante, sobretudo ao nível da fiscalização e sensibilização mas, permita-se-me, não o suficiente. Esse plano de ação previa candidaturas a fundos comunitários quer para requalificar e revitalizar as margens quer ainda para realizar investimentos nas infraestruturas que acompanham o rio. Não esquecer que, quer as Águas do Norte quer a Vimágua têm redes de esgotos (emissários) paralelos ao rio e estão subdimensionados e, por isso, por várias vezes derramam para o rio o que não comportam. De cada vez que o fazem, cometem atentados ambientais do mais disgusting ou nojentos se preferirmos. É triste e lamentável que entidades públicas não deem o exemplo! Persiste assim um problema que não pode persistir. De pouco ou nada vale promover a sensibilização ambiental senão se atacar definitivamente a causa que polui o rio. A manter-se o estado das coisas, nunca teremos um rio protegido e despoluído. Perguntamos assim à Câmara que projetos foram apresentados, aprovados e executados quanto a esta concreta questão de dimensionamento das infraestruturas paralelas ao rio pertença das Águas do Norte e Vimágua? Perguntamos ainda que concretos projetos de revitalização das margens foram implementados desde 2015 porque não conseguimos dar fé de nenhum. Como consta da nossa moção, a Assembleia da Republica aprovou a Resolução nº 63/2017 de 11 de abril, na qual se

recomenda ao Governo que implemente um plano de despoluição e recuperação ambiental da bacia hidrográfica do Ave. O Governo nada fez. O Governo nada disse. Mas tem de dizer e fazer! Pela moção, pretende-se que esta AM delibere recomendar ao Governo que cumpra a recomendação aprovada por unanimidade na Assembleia da República. Bom seria que a Câmara, a título excepcional, também lá apusesse a sua assinatura.” -----

Luís Miguel Freitas Marques Carvalho Soares solicitou esclarecimentos, aos quais Ana Paula Cardoso Lemos Damião respondeu. -----

Paulo Rui Lopes Pereira da Silva, do Grupo Parlamentar Municipal do PS, fez a sua intervenção no período de antes da ordem do dia, lendo, em voz alta, o teor do texto que a seguir se reproduz: *“Vi nos últimos tempos, numa conhecida plataforma de “streaming”, uma série que consistia numa ideia que o cinema por diversas vezes abordou - acordar todos os dias no mesmo dia, após um acontecimento dramático, no caso, a morte da personagem principal. Esta referência remeteu-me para o filme “Groundhog day”, de Harold Ramis com Bill Murray. Um repórter que é enviado para um trabalho que não é do seu agrado, e acaba preso num loop temporal que o faz reviver todos os dias o mesmo quotidiano. Este conceito, explorado em ambos os casos, é a analogia perfeita para a oposição feita pelo PSD Guimarães este mandato: continuam a 22 de fevereiro de 2019 a reviver o dia 1 de outubro de 2017. O evento marcante, que os fez entrar neste ciclo infinito, foi uma derrota eleitoral com que continuam a ter dificuldades em lidar. Depois de quatro anos a desmerecer um novo executivo, por não lhe reconhecerem capacidade, viram os vimaranenses reforçar-lhe largamente a votação. Isto deixou-os presos à necessidade de reviver aquela data à procura de, numa segunda tentativa, terem razão, repetindo para isso os mesmos passos. Um pouco como aconteceu a Pedro Passos Coelho depois de perceber que as maiorias se constituem no Parlamento. Mas todos sabemos o que aconteceu*



a essa direção nacional do PSD. Com um contributo local nessa matéria, já agora. Repetem-se argumentos, estratégias e revisões às matérias dadas. “Essa ideia era nossa”, “Nós tínhamos razão”, “Se fosse connosco, já estava” são hoje frases repetidas e que pretendem criar uma sensação de alternativa. Só que a alternativa faz-se por propostas distintas, ou contributos ao aperfeiçoamento das que estão a ser implementadas. As poucas réstias de esperança numa oposição responsável que se foram vislumbrando no PSD no último ano, até nesta mesma assembleia, vão desaparecendo e perdendo espaço. As propostas alternativas e análises críticas, tentando construir, vão passando para as segundas linhas. O PSD está hoje tão preso ao dia 1 de outubro de 2017, que voltou à campanha eleitoral e aos cartazes na Rotunda de Silves. Provavelmente aguardaria resposta, mas do lado do PS só encontram gente focada no trabalho que se está a fazer. Sorte a de quem seguiu em frente e já chegou a 2019. Fazem uma conferência de imprensa com dois elementos presentes, para mostrar a quão mobilizadora é a liderança e o tema. Acusam o PS de mentir ao anunciar em 2017 que o projeto estava em execução, quando sabem que estava. Na verdade, o único partido que mentiu no aparato de outdoors do período eleitoral, foi o PSD ao anunciar que ia fazer uma obra que não cabe nas responsabilidades do Município. Hoje, como em quase tudo o que prometeram, dirão que não podemos afirmar que faltaram à verdade, porque não tiveram oportunidade de o demonstrar. É o tipo de oposição que estamos habituados noutros espectros políticos sem ambição de ocupar lugares de poder. Prometer tudo, mesmo sabendo que não terão capacidade de o fazer. Afinal de contas, nunca ninguém poderá provar que não podiam. E continuam, assim, presos ao dia 1 de outubro de 2017. Mas estando presos ao passado, convirá, também, lembrar qual foi o Governo que assinou o

contrato com o Município para resolver o problema do desnivelamento de Silvares. Sim, senhores deputados. Foi o tal Governo com maioria assente no Parlamento, liderado por António Costa. O Governo que lhe antecedeu, não respondia aos anseios do Município de Guimarães, e até para a intervenção do desvio entre Mouril e a Variante queriam um estudo de tráfego, para comprovar a necessidade da obra. Do PSD da altura, nem uma palavra para defender os interesses de Guimarães. Nem uma palavra sobre prazos e datas de concretização. Neste loop temporal em torno da derrota não digerida, surgem os mesmos efeitos da ficção que comecei por lembrar. Quando repetimos todos os dias a mesma data, acabamos por nos focar no calendário. Hoje ao PSD já não interessa se há acordo celebrado, se há projeto apresentado, e se estamos em vias de ver a obra a concurso. Interessa saber o calendário a cada momento, neste como noutros assuntos que sabem que se vão resolver. Espera-se pois, que o Município vá colocando cartazes na Rotunda a dar notas das diferentes fases: Projeto em execução, Projeto apresentado, Estudos geotécnico em curso, Obra a concurso, Visto do Tribunal de contas, Início da obra. Preparem as impressoras e reservem o espaço para tanto cartaz. Aquilo que não entendem, é que, quando a obra estiver concluída, estarão sem chão, sem presente e sem futuro. Porque quando ficamos presos no tempo, sem tentar inventar o amanhã, sem fazer propostas construtivas e alternativas, estaremos irremediavelmente sem nada para defender. A obsessão com um resultado eleitoral que não conseguem digerir nem ultrapassar, leva a que a todo o momento se republiquem as propostas eleitorais derrotadas e se questione a capacidade dos vimaranenses em saber escolher. Numa abordagem dúbia sobre os mais basilares conceitos de democracia, questiona-se até se não estará até no amor bairrista vimaranense um adversário incontornável da oposição. Serão os vimaranenses tão apaixonados pelo seu território, que não consigam ver



que quem crítica esteve sempre certo? Talvez com estas dúvidas se consiga perceber como, num ato pouco comum, votaram contra o primeiro orçamento municipal do mandato, não dando sequer o habitual “benefício da dúvida” sobre a escolha que 50.000 vimezanenses fizeram. Senhoras e senhores deputados, boa noite é dia 22 de fevereiro de 2019 e é hora de pensarem no futuro.” -----

Domingos Bragança, Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas, começou por informar que o Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios, versão 2018/2019, tem parecer vinculativo positivo do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas e que seguirá para discussão pública e posterior publicação em Diário da República. Disse, ainda, que o trabalho de prevenção para o corrente ano está a ser desenvolvido de uma forma sistémica, com o apoio das duas corporações de bombeiros do concelho de Guimarães, dos serviços da Câmara Municipal, dos Sapadores Florestais e dos serviços que são encomendados, neste caso a empresa municipal Vitrus Ambiente. Depois, disse concordar com o teor da intervenção da deputada Marta Coutada, salientando a importância da reabilitação do serviço da urgência do Hospital Senhora da Oliveira para a população por este abrangida. Relativamente à intervenção do membro Rui Armando Freitas, e referindo não retirar o papel excecional do setor têxtil e calçado, lembrou a existência de outros projetos importantes para a diversificação industrial do concelho, nomeadamente, na área da agropecuária e metalomecânica, na área do turismo, nas artes plásticas e performativas e, através do Instituto Cidade de Guimarães, no desenvolvimento de projetos de biomedicina e biomateriais. Relativamente à Igualdade de Género referiu ser Guimarães uma das entidades bandeira do projeto “Pacto para a Conciliação” e lembrou alguns dos projetos que têm,

como é o caso do “Plano para a Igualdade de Género” e “Projeto para a Reconciliação”, assegurando que continuariam a trabalhar para que a igualdade de género seja uma realidade. Afirmou, de seguida, estarem empenhados e envolvidos no plano de despoluição do Rio Ave, assim como de todas as linhas de água, com forte convicção para envolver todas as entidades e todos os cidadãos, o que já faziam há muitos anos, nomeadamente através das juntas de freguesia e das Brigadas Verdes. Acrescentou, sobre os planos de investimento, já o estarem a fazer com a Vimágua e que fariam a pressão que fosse necessária junto das entidades competentes, mas que não se substituiriam às Águas do Norte. Por fim, quanto ao teor da intervenção do membro Paulo Silva, quis deixar claro que em março de dois mil e dezassete assinaram o contrato com o Governo e as Infraestruturas de Portugal para a via do Avepark, que incluía o desnivelamento da rotunda de Silvaes. Acrescentou que as Infraestruturas de Portugal começaram a trabalhar o programa funcional para a solução desse desnivelamento e posteriormente encomendou, fora das Infraestruturas de Portugal, a elaboração do projeto, que hoje já está aprovado por todas as entidades e que aguarda, apenas, que haja uma repartição de encargos do Ministério das Finanças para dar andamento à abertura de concurso para a realização da obra. -----

Foram solicitados esclarecimentos pelos membros Rui Armindo da Costa Freitas, Ana Paula Cardoso Lemos Damião e Mariana da Conceição Pereira da Silva, aos quais Domingos Bragança respondeu. -----

-----ORDEM DO DIA-----

INFORMAÇÃO PARA CONHECIMENTO -----

1 – DECLARAÇÕES PREVISTAS NO Art.º 15º DA LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO (LCPA), que aqui se dão por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. -----



2 - LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

3 - RELATÓRIO DE ATIVIDADE 2018 E PLANO DE ATIVIDADES 2019 DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE GUIMARÃES, que aqui se dá por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

4 - INSTITUTO NACIONAL ESTATÍSTICA - INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA SOBRE O MUNICÍPIO DE GUIMARÃES, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

ASSEMBLEIA -----

5 – APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 28 DE JANEIRO DE 2019. -----

Foi dispensada a sua leitura por ter sido entregue a todos os membros da Assembleia, juntamente com a agenda desta sessão. -----

Submetida à votação a Assembleia **DELIBEROU APROVAR**, por unanimidade.

Não participaram na votação da Ata de 28 de janeiro de 2019, por não terem estado presentes na sessão, os seguintes membros: Luís Miguel Morgado Laranjeiro, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Maria Elisabete Veloso Machado da Costa Martins, Hugo Maciel Tavares de Freitas, Carlos Alexandre Lopes Rodrigues Ribeiro, Hugo Francisco Monteiro Teixeira, Emídio Guerreiro, Sara Daniela Martins Marques Silva, Rui Miguel Meira Barreira, Elsa Maria da Silva Castro, Paulo Miguel Lima Peixoto, Maria José Lopes de Sousa Pinto, Pedro Manuel Pastor Torcato Ribeiro, Luís Miguel Freitas Marques Carvalho Soares, Natália Maria da Silva Fernandes Ribeiro, Angelino Miguel Ribeiro Salazar, Vítor Manuel da Silva Pais, Rui Porfírio

Lopes Silva, David José Gonçalves Faria, Luís António Castro Silva Durães, Antero Daniel Fernandes Freitas e Carlos Manuel Oliveira Ferreira. -----

CÂMARA -----

6 – ANÁLISE DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES. Submete-se à apreciação da Assembleia Municipal o relatório acerca da atividade da Câmara Municipal de Guimarães no período compreendido entre onze de novembro de dois mil e dezoito e trinta e um de janeiro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

Mariana da Conceição Pereira da Silva, do Grupo Parlamentar Municipal da CDU, fez a sua intervenção acerca da atividade da Câmara Municipal, lendo, em voz alta, o teor do texto que a seguir se transcreve: “O início de 2019 serve para se delinearem algumas estratégias para as festas ou momentos culturais com maior importância do concelho. A grande notícia é a da mudança da Feira Afonsina, uma recriação histórica que tem lugar em pleno Verão no Centro Histórico para a “Vila de Cima”. Como sabemos a primeira mudança deste evento deu-se com a alteração da data em 2015 de Setembro para Junho. Corria-se menos riscos da chuva estragar a festa e deixava de ser a última festa medieval do país. Mas esta mudança não foi do agrado de todos, pois como sabemos os meses de verão são os mais escolhidos para quem visita a cidade e seria mais correto “esticar” os eventos para o fim do verão para que por um lado não se acumulem os eventos e por outro se pudessem evitar momentos mais longos, durante o ano, em que nada acontece. Em mudanças mais recentes, fez-se a ligação da Feira Afonsina desde o Centro Histórico ao Monte Latito e foi possível aumentar o sucesso da mesma: “Milhares de pessoas passaram pelo Centro Histórico” - podíamos ler nas notícias de 2018. A proposta aprovada em reunião de Câmara no dia 14 de Fevereiro traz uma nova mudança, o



cenário principal vai ser alterado e em 2019 o epicentro da Feira Afonsina passará para o Monte Latito ou Vila de Cima. E levantam-se novamente algumas vozes descontentes, talvez não seja o mais correto deixar o cenário medieval do Centro Histórico. Talvez se tenha que fazer uma reflexão sobre as festas que acontecem no Centro Histórico, mas será a Feira Afonsina? Não seria, por exemplo, mais eficaz e até mais seguro mudar o epicentro da Noite Branca? E o mais caricato foi que depois de anunciado e aprovado é que são ouvidos os interessados, restauração, comércio e associações que os representam. Por este andar, senhor presidente, ainda vamos ter a Feira Afonsina no Campo d' Ataca onde D. Afonso Henriques terá travado a Batalha de São Mamede, ato iniciador da nossa independência. O que até não seria mau porque aquele espaço precisa de ser preservado e animado, e quem sabe se seria até uma oportunidade para alguns deputados conhecerem aquele espaço. Adiante! O senhor presidente da Câmara voltou a referir que tem pedido aos sucessivos governos poderes de fiscalização do Rio Ave e que se sente impedido de atuar quando são feitas descargas neste rio. Sim, senhor presidente, a CDU concorda que a Câmara Municipal de Guimarães deve contribuir para a despoluição do Rio Ave e que este rio poderá ser o calcanhar de Aquiles na candidatura de Guimarães a Capital Verde Europeia. No entanto, não podemos compactuar com este desejo que é muito pouco realista. Se não vejamos, a CDU quando fez parte de um executivo da freguesia de Creixomil promoveu uma iniciativa a que chamou freguesias "ComSelho" em que pretendia envolver todas as freguesias banhadas pelo Selho de forma a ganhar uma maior escala para a despoluição do rio. E o que aconteceu, senhor presidente, a iniciativa não teve o sucesso esperado porque houve freguesias que pensaram que podiam fazer por si só a despoluição de parte do rio. Ora, todos sabemos

que um processo desta dimensão tem que ter a união e o contributo de todos. O processo de despoluição do Rio Ave deve contar com os 15 municípios que são banhados por este rio. Por isso é que a fiscalização dos rios é da responsabilidade do Poder Central para que se possam reunir todos os esforços, ganhar escalar e sobretudo financiar um processo que até aos dias de hoje se mostra tão complexo.” -----

Hugo Francisco Monteiro Teixeira, do Grupo Parlamentar Municipal do PS, fez a sua intervenção acerca da atividade da Câmara Municipal, lendo, em voz alta, o teor do texto que a seguir se reproduz: *“Guimarães destaca-se nos últimos anos na promoção e implementação de políticas que visam à proteção do meio ambiente e a garantia de um desenvolvimento sustentável. A defesa dos recursos terrestres, a luta contra a poluição e as consequentes alterações climáticas são o único garante que as gerações atuais e futuras têm para que possam viver livre e saudavelmente no planeta Terra. O nosso presidente Domingos Bragança decidiu travar esta batalha, colocando Guimarães num patamar onde hoje, serve de modelo para as demais autarquias do nosso país. O tempo de atender a estes crescentes problemas é agora e, Guimarães não tem ficado para trás. Veja-se, lá está, o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal de Guimarães, que encontra relato no relatório aqui em análise mas que nele não se finda. Este trabalho tem sido merecedor até de reconhecimento mundial, o que deve servir de regozijo a todos os vimaranenses. Ainda esta semana, o nosso concelho obteve a classificação de “excelente” num relatório sobre as alterações climáticas realizado pela Carbon Disclosure Project, um projeto desenvolvido internacionalmente com reconhecido mérito na área. Este relatório avaliou múltiplas cidades e empresas, num universo que abrangeu 620 milhões de habitantes, onde Guimarães se revelou e passo a citar “uma cidade líder que demonstra melhores práticas em adaptação e mitigação às alterações*



climáticas” (fim de citação). Portanto, de entre todas as cidades avaliadas, Guimarães situa-se nos primeiros lugares, muito por parte do trabalho efetuado pelo Município, mas não esquecendo nunca a importante complementaridade que esse trabalho deve ter com múltiplas entidades com responsabilidades e interesse nestas matérias. A realização de várias reuniões pelo Conselho Consultivo da Estrutura de Missão Guimarães 2030, em conjunto com variadas instituições do concelho, pretendem auscultar as mesmas para que apontem problemas e ao mesmo tempo sugiram soluções e propostas a adotar. Só assim esta Estrutura consegue fazer um projeto completo e capaz de alcançar o objetivo claro de irmos a receber o título de Capital Verde Europeia já em 2024. Ainda dentro do trabalho deste Executivo, recorde-se o contrato celebrado entre o Município e a Agência Portuguesa do Ambiente para a monitorização e avaliação das linhas de água do concelho, em particular a região hidrográfica do Rio Ave. Aquele que chegou a ser um dos rios mais poluídos da Europa em tempos, tem conhecido melhores dias, porém, ainda muito longe do desejável. Mesmo com o plano de ação que tem sido posto em prática pelo nosso Executivo, existem todo um conjunto de variáveis externas que extravasam o poder de atuação da Câmara Municipal de Guimarães, prejudicando todos os resultados alcançados com a colaboração dos vimaranenses. Relembre-se, Sras. e Srs. Deputados, que não é exclusivamente da competência do Município de Guimarães o combate pela despoluição do Rio Ave, como muitos pretendem fazer passar, pois caso o Município trabalhe sozinho, todo e qualquer trabalho realizado nunca surtirá o devido efeito. É também essencial o desenvolvimento de políticas que visem a educação dos nossos concidadãos em relação ao ambiente. Nesse sentido, o Município tem executado um conjunto alargado de políticas, de onde ressalvo dois

exemplos: - A integração de Guimarães no projeto “Tropas Verdes” do programa europeu URBACT, que visa premiar os cidadãos com boas práticas ambientais. Bem como: A implementação do projeto denominado de “WC Cão” que surge no âmbito do Projeto de Resíduos e Higiene Urbana, integrado na estratégia G4CE – Guimarães para a Economia Circular. Com todos estes projetos, Guimarães dá passos largos para o crescimento de cidadãos conscientes da importância de proteger aquilo que é comum a todos nós. Esta educação, diga-se, tem alcançado desde os mais novos aos mais velhos, o que é ainda mais louvável, pois bem sabemos que todos são necessários para esta causa. Existem ainda outros trabalhos desenvolvidos pela Câmara Municipal de Guimarães, que pretendem educar os nossos cidadãos através do exemplo. Para tal tenha-se em conta o papel que o Município vimaranense decidiu assumir na reflorestação da Montanha da Penha. A proteção das espécies autóctones e a limpeza dos terrenos que a integram têm como principais objetivos a defesa e a sustentabilidade de todos os elementos que compõem a nossa Montanha e, igualmente, a vontade de inculcar responsabilidade ambiental aos demais proprietários de terrenos na área em questão. Assim, Sras. e Srs. Deputados, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista encontra imensas razões para fazer uma avaliação extremamente positiva do relatório de atividades da Câmara Municipal, nos últimos meses, no que ao ambiente respeita. Guimarães deve continuar na dianteira desta e muitas outras causas que já assumiu, das causas que influenciam o mundo e o tornam um lugar melhor para viver. Este Executivo liderado pelo Presidente Domingos Bragança continua a trabalhar por um concelho mais sustentável, um concelho onde se possa continuar a dizer que é tão bom viver!”-----

Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro, do Grupo Parlamentar Municipal do BE, fez a sua intervenção sobre a atividade da Câmara Municipal, lendo,



em voz alta, o teor do texto que a seguir se reproduz: *“É inequívoca a necessidade de aumentar o número de utilizadores dos transportes públicos para contribuir para a descarbonização da economia, mas também para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, através da diminuição dos engarrafamentos nos centros urbanos. Todos os dados conhecidos indicam que no país o transporte público não tem sido disponibilizado a milhares de pessoas e os preços das viagens tornaram-se inacessíveis. Portanto, as deslocações entre diferentes locais têm vindo a ser efetuadas, na maioria dos casos, através da utilização individual do automóvel. Impõem, por isso, novas políticas públicas para diminuir o uso excessivo do automóvel, promover a coesão territorial, mitigar as alterações climáticas e atrair mais passageiros para o transporte público. Foi nesse sentido, que no Orçamento do Estado para 2019, foi criado o Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART). O despacho conjunto dos ministérios das Finanças e Ambiente consigna 104 milhões de euros do Fundo Ambiental para este programa, dos quais apenas 1,351 milhões de euros são para a Comunidade Intermunicipal do Ave. A aplicação daquela verba será decidida pelas Autoridades de Transporte das Áreas Metropolitanas (AM) e das Comunidades Intermunicipais (CIM), sendo que, pelo menos 60% do montante atribuído, deve ser utilizado para a redução dos preços dos passes, criação de passes familiares ou transporte gratuito para menores em idade escolar, reformados e séniores. A verba restante poderá ser usada para aumentar e melhorar a oferta e os acessos à rede de transportes coletivos. A importância das medidas a tomar em matéria de mobilidade, impõe que a Câmara Municipal de Guimarães tenha um conhecimento aprofundado da situação, para serem encontradas as melhores respostas, tendo em conta, entre outros elementos, a densidade territorial, os destinos das deslocações e os*

modos de transporte mais adequados. A Câmara Municipal, através da CIM do Ave, têm de remeter ao Governo, até ao dia 15 de março de 2019, o plano de aplicação daquelas verbas para a redução tarifária nos transportes, uma vez que é a condição para que possa entrar em vigor a partir do próximo mês de abril em cada um dos municípios. É essencial iniciar de imediato negociações entre as CIM do Cávado, do Ave e a Área Metropolitana do Porto (AMP) para que os utentes de transportes públicos que nas suas deslocações pendulares atravessem territórios de várias CIMs e a AMP sejam abrangidos na totalidade pela redução tarifária e não fiquem apenas abrangidos pela redução correspondente à CIM onde residem. Quem se desloca, por exemplo, de Guimarães para o Porto ou de Guimarães para Braga, deve ter um passe com redução tarifária que contemple todo o percurso, apesar de atravessar territórios de CIMs diferentes. E são estes os utilizadores que mais precisam da redução, uma vez que, por exemplo, o passe Guimarães-Braga é de 83 euros. No plano de redução tarifária a apresentar, deve estar contemplada a criação de um “passe família” que integre todo o agregado familiar, para que não se pague mais do que 2 passes por família e haja gratuidade para estudantes, idosos e desempregados. A par destas medidas de redução tarifária, o plano tem de incorporar um projeto para a melhoria dos transportes públicos e o alargamento da rede, de forma a beneficiar a coesão territorial do concelho. Entendemos que a redução do tarifário e a extensão e aumento de qualidade da oferta deste serviço é um contributo importante para que o transporte público seja mais atrativo do que a utilização do transporte individual, contribuindo para a diminuição das emissões de CO2 e o combate às alterações climáticas. Salientamos, ainda, que a redução do peso da despesa em transportes é muito importante para as famílias. Por isso, gostaria que o Senhor Presidente esclarece-se esta Assembleia sobre que diligências já



tomou, ou pensa vir a tomar, junto da CIM do Ave, do Cávado e da Área Metropolitana do Porto, para assegurar que os preços dos passes dos vimaranenses serão reduzidos já a partir de 1 de Abril. E, continuando a falar de mobilidade, gostaria de questionar também sobre o desnivelamento da rotunda de Silvaes. Em 2017, o Partido Socialista informou, através de outdoors em plena campanha eleitoral, que o protocolo já tinha sido assinado e que a execução seria de 1 ano. O ano de 2018 terminou, a obra não avança, e o congestionamento do trânsito é cada vez maior. Domingos Bragança refugia-se nas Infraestruturas de Portugal como sendo a responsável pelo atraso. Mas o PS e o PSD não sabiam desde o início que a execução da obra era da competência de terceiros? Porque prometem aquilo que já sabiam que não têm condições para cumprir? Não vale tudo para ganhar eleições, Senhor Presidente. Gostaria também de conhecer o ponto da situação sobre o reconhecimento dos estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local. Em resposta ao requerimento apresentado pelo Bloco de Esquerda, o Senhor Presidente informou que o processo "Lojas com História" está a ser desenvolvido. É possível indicar uma data para a implementação desta medida? Como se viu anteriormente com o Convívio, este reconhecimento é mais do que urgente. Quanto ao acolhimento de refugiados, pretendia que fossem fornecidos mais pormenores. De que forma está a ser feita a sua integração? Quantas são crianças e se estão a ser inseridas no contexto escolar? Que adaptação curricular e ao nível do acompanhamento está a ser feito? Houve preparação dos professores, auxiliares e alunos para este processo de acolhimento? Em relação aos adultos, foi feita abordagem junto do IIEP e das empresas para saber a possibilidade de criação de emprego, sabendo que este será um dos fatores que mais contribui para uma boa integração? Estão ainda previsto

outros tipos de apoios? Se sim, quais? Por último, gostaria de conhecer os resultados das inspeções efetuadas às pedreiras do concelho. As fiscalizações incidiram apenas em questões de segurança? Avaliaram o cumprimento dos preceitos ambientais exigidos?” -----

Paulo Miguel Lima Peixoto, do Grupo Parlamentar Municipal do CDS-PP, fez a sua intervenção acerca da atividade da Câmara Municipal, lendo, em voz alta, o documento que a seguir se transcreve: *“Analisando os documentos de suporte a este ponto da ordem do dia, encontramos um relatório com 82 páginas referente quase a um trimestre de atividade. Visto à priori, parece muito mas,... eis que o vamos lendo e deparamo-nos com um documento pobre. Um relatório que transcreve o dia-a-dia do município e que que acrescenta quase nada aquelas que são as medidas ou as ações inovadoras e estruturais que se esperam do município. Duma leitura atenta, verificamos que estamos perante uma atividade em velocidade cruzeiro que não acrescenta mais-valias ao bem-estar do nosso concidadão. Na perspetiva propagandista e eleitoralista de mostrar serviço, a título de exemplo, realça-se na página 8 do dito relatório, as obras que hipoteticamente irão iniciar. Por este caminho, nos próximos relatórios, tê-los-emos divididos em três partes: As atividades do trimestre anterior; As atividades do trimestre em análise; E as atividades do próximo trimestre. Mais parece uma novela, com as cenas do capítulo anterior e as cenas do próximo capítulo. Mas voltando ao documento e ao seu conteúdo, muitas outras análises se podem aferir. Eu vou circunscrever-me a três capítulos: Turismo; Desenvolvimento Económico; Obras Municipais. E, começando pelo primeiro, registamos a satisfação evidenciada pelo crescimento do Turismo em Guimarães. Note-se, como declaração de interesses prévia, que é uma satisfação que a todos nos orgulha. Mas para o CDS, este crescimento é insuficiente. Estamos a falar de um crescimento de 4,4% relativamente ao ano de 2017, mas que ainda se*



cifra abaixo da fasquia dos 65% da taxa de ocupação das unidades hoteleiras de Guimarães. Tais números são elucidativos de que Guimarães continua a ter um Turismo de passagem, que não se fixa no concelho e que, portanto, muito há a fazer nesta matéria. ...E qual é a resposta do município para este desafio? A implementação de uma taxa turística, como se Guimarães, já não conseguisse viver com o Turismo que tem. Alerta-se Sr. Presidente, que, Guimarães ainda não sofre de pressão turística que justifique a aplicação dessas mesmas taxas. O CDS não compreende como é que o executivo se contenta com tão, permita-me a palavra, com tão “poucoquinho”. Ainda neste tema, é realçado como atividade a divulgação de Guimarães na Feira internacional INTUR de Turismo do interior que decorreu em Valladolid (Espanha). Até o menos atento, reparou que a cidade que mais se destacou nessa feira foi, precisamente, a nossa vizinha de Braga. Senhor Presidente, mais uma vez não compreendemos como é que fica tão aborrecido quando a oposição compara o desenvolvimento dos concelhos circundantes relativamente ao desempenho de Guimarães. Qualquer Gestor está atento à envolvente externa que o circunda, para a estudar, analisar e combater. Em Guimarães, o que os outros fazem de bem é assunto tabu, e para o Executivo, é o demónio que a oposição inventa na sua ação política. Ainda na componente turística, alertar desde já para que não se cometa com a Feira Afonsina o mesmo erro que se tem vindo a cometer com as festas Gualterianas. A maioria da opinião pública é a favor que as festas Gualterianas voltem ao centro da cidade, depois da deslocalização para as hortas, primeiro, e, teleférico depois. Como tem constatado, mesmo nas consultas públicas, é um sistema que não agrada aos vimaranenses. Como não agrada agora, a proposta de deslocalização da feira Afonsina apenas para o monte Latito. Senhor Presidente, não basta ouvir os cidadãos para

parecer bem. É necessário fazer esforços para ir de encontro às suas vontades. Acerca do capítulo do Desenvolvimento económico, dizer o seguinte: Quando em 21 de Março de 2014 o Sr. Vereador Ricardo Costa apresentou o regulamento de Projetos Económicos de Interesse Municipal, na sua intervenção, entre outros aspetos, referiu os seguintes que eu vou realçar: “É preciso abraçar todos os promotores da economia local”; “Há uma concorrência entre regiões e países na angariação de investimento, pelo que é necessário colocar mecanismos ao dispor dos empreendedores”; E, a “Criação do Gabinete do Investidor”; Voltando ao relatório de atividades do município para o período em análise, verifica-se que desde abril de 2018, “Espaço Empresa” respondeu a 150 atendimentos presenciais e 250 atendimentos telefónicos. Aliás, números superiores aos que são apresentados nos quadros suporte, mas, que mesmo assim, dão uma azáfama de menos de um atendimento presencial por dia e pouco mais de um atendimento telefónico por dia. E somando isto às inúmeras visitas empresariais desenvolvidas pelo Sr. Vereador do Pelouro, que no relatório refere 5, Sr. Presidente, a pergunta que o CDS gostaria de ver respondida é, quantos milhões de euros e quantos postos de trabalho já foram captados para Guimarães desde Janeiro de 2018. Por fim e no que às obras municipais diz respeito, vamos focalizar-nos naquela que a todos nós mais transtorno dá e, naquela que mais debate político tem trazido à praça pública. É-nos transmitido pelo executivo que a obra de desnivelamento de Silvaes continua a ser a prioridade do executivo. Não obstante ser a prioridade do executivo, não é menos verdade que, continua a ser a dor de cabeça de todos os vimaranenses que a utilizam, designadamente às primeiras horas da manhã e às últimas horas da tarde. E para tão importante prioridade, parece-nos demasiado incipientes as ações desenvolvidas pelo Executivo, que



se limitaram a diligências permanentes, designadamente, contactos e reuniões com o Ministério do Planeamento e das Infraestruturas.” -----

Luís Miguel Freitas Marques Carvalho Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Caldelas, começou por dizer que o relatório corresponde ao trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal num período de três meses, dos trinta anos em que, pela confiança dos vimaranenses, o Partido Socialista lidera os destinos de Guimarães. Disse, depois, que a democracia se faz de poder e oposição e que os vimaranenses têm reconhecido o bom papel de cada um deles, conservando o Partido Socialista na Câmara Municipal e reconduzindo os restantes partidos na oposição. Disse, também, que sendo um relatório de atividades apenas de três meses, as grandes concretizações materiais estão lá, nomeadamente, o teatro Jordão, o Parque de Camões, o percurso da Muralha e a escola Eb2,3 de Caldas das Taipas. Mas a todas estas obras disse juntar-se, agora, ações imateriais relevantes, como o apoio às associações culturais, o reforço à Corporação de Bombeiros, o apoio a projetos sociais das freguesias e novos projetos que derivam do orçamento participativo e projetos na área ambiental. Porém, referiu que os tempos são outros e que o Partido Socialista e o Presidente da Câmara Municipal sabem disso e têm-no feito dessa forma, lembrando a apresentação e debate público, nos últimos meses, do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, das Festas Gualterianas, da revisão extraordinária do Plano Diretor Municipal e, agora, da Feira Afonsina. Considerou, depois, que a diferença de hoje é ainda mais profunda entre quem exerce o poder e quem a ele se opõe, sendo exemplo disso as moções apresentadas para votação na sessão, com partidos que procuram nos seus documentos políticos afirmar, material e imaterialmente, propostas construtivas, como é o caso da proposta do CDS-PP sobre os cuidadores informais, ou sobre a

violência de género ou sobre os transportes públicos do BE, ou até sobre a renacionalização dos CTT da CDU, a qual não concordavam, existem outros partidos que mudam os gostos mas mantêm a mesma carcaça de há trinta anos atrás, que o PS promete mas não cumpre e que o PS apresenta mas não concretiza, não sendo assim no domínio municipal como se podia ver no relatório em análise. Atentos às conferências de imprensa e comunicados recentes, disse que as críticas do PSD à Câmara Municipal versam em três matérias: Primeiro, o desnivelamento da rotunda de Silvaes; Segundo, a construção e reabilitação dos postos de Lordelo e das Taipas; Terceiro, a despoluição do Rio Ave. Todavia, referiu que estes três temas tinham os seguintes denominadores comuns: São problemas de há vários anos; São da responsabilidade do Governo Central; E, foram temas que o Município chamou a si, apesar de não ser sua a responsabilidade, cuja prestação de contas se encontra no documento e temas a que o PSD chega, como sempre, atrasado. Ora, se estes problemas existem há muitos anos, disse querer saber por que é que só a partir de dois mil e quinze é que o PSD e o CDS falaram neles e por que é nada fizeram por Guimarães quando integraram a Assembleia da República? Concluiu, referindo que quando o PSD e CDS estão no Governo não resolvem os problemas de Guimarães, mas quando estão na oposição atiram para a Câmara a responsabilidade da sua resolução, sendo que todas essas críticas, passado e presente, caem por terra quando se inicia a obra do Hospital, quando se conclui a escola EB2,3 das Taipas, quando se garante novecentos mil euros para o posto da GNR de Lordelo, quando garante quatrocentos e trinta mil euros para o posto da GNR das Taipas, quando se contratualiza o desnivelamento da rotunda de Silvaes, quando se apresenta o projeto e cairá, mais uma vez, quando a obra estiver no terreno. Por último, referiu serem estas as razões pelas quais os vimaranenses têm reconhecido o bom papel de cada um dos partidos políticos, mantendo o PS



na Câmara Municipal e Assembleia Municipal e reconduzindo os restantes partidos na oposição, tudo no sítio certo. -----

Foram solicitados esclarecimentos pelo membro Emídio Guerreiro, aos quais Luís Miguel Freitas Maques Carvalho Soares respondeu. -----

Ana Margarida da Costa Teixeira, do Grupo Parlamentar Municipal do PSD, fez a sua intervenção acerca da atividade da Câmara Municipal, lendo, em voz alta, o documento que a seguir se transcreve: *“Ao ler o relatório de atividades da câmara, mormente, no constante do departamento de obras municipais, depois de tanta reabilitação, requalificação, reparação, execução, conservação e beneficiação cheguei até a pensar que, em algum momento, de tamanho elenco, pudesse descortinar um item em que se dissesse: “intervenção no parque da Mumadona, capaz de garantir condições de acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida, para quem circula com carrinho de bebé, crianças de colo e grávidas”. Mas não!... O PSD chamou à atenção para este problema em inícios de 2016, mais propriamente, Abril e o Executivo reconheceu o problema. Em Outubro do mesmo ano, a Coligação apresentou uma proposta para resolver os problemas de acessibilidade dotando aquele parque com condições para pessoas com mobilidade reduzida ou condicionada. Pois, qualquer cidadão nestas condições, se estacionar no parque da Mumadona, tem de fazer o acesso ao exterior pela via onde entram e saem os carros, a qual dá diretamente na rotunda. E, obviamente, que terá também grandes dificuldades em fazê-lo sem ajuda de terceira pessoa, tendo em conta a inclinação de acesso ao parque. Sr. Presidente da Câmara, todos sabemos das contingências relativas aos direitos de autor. Mas isso não deve servir de argumento para nada se fazer, uma vez que, o Arquiteto Siza Vieira manifestou, à data, disponibilidade e interesse em resolver a questão. Esta é*

uma obra considerada urgente, quanto mais não seja para atender às recentes políticas municipais de igualdade e inclusão. A inclusão não pode ser letra morta! O Executivo chumbou, em outubro de 2016, a proposta da Coligação alegando que estariam a decorrer diligências para ser instalada uma plataforma de acesso para as pessoas com mobilidade reduzida, sendo que “o gabinete do arquiteto Siza Vieira já foi formalmente contactado pelos serviços municipais para a implementação de uma solução, aguardando-se a resposta”. Ora, volvidos mais de dois anos, é imperativo que se questione: a) Qual o ponto de situação da implementação de uma solução? b) Para quando o início da implementação? Ou: c) Onde estão as políticas de inclusão? c) Até quando? Até quando temos de esperar? d) Cairá por terra esta proposta?” -----

Domingos Bragança, Presidente da Câmara Municipal, usou da palavra informando que nem as Festas Gualterianas se vão desenvolver para a Costa e S. Roque, no sentido que a Deputada Mariana Silva lhe quis dar, nem que a Feira Afonsina se vai desenvolver para o Campo d’ Ataca. Esclareceu, então, que estavam a procurar realizar as festas Gualterianas e da cidade de modo a que fiquem, contemporâneas e que respeitem as tradições. Esclareceu, também, estar a ser equacionada a hipótese de centrar as Festas Gualterianas, como também são festas da cidade, no eixo que vai da igreja de S. Gualter até ao Largo Alfredo Pimenta, podendo suportar as diversões mais pesadas junto à envolvente do estádio e as mais leves no Largo Alfredo Pimenta, mas abrangendo a Plataforma das Artes, a rua Paio Galvão, o Largo do Toural, a Alameda, S. Francisco e a Igreja de S. Gualter. Relativamente ao local da Feira Afonsina, considerando o Castelo, a Capela de S. Miguel e toda a envolvente a parte mais icónica da cidade de Guimarães, disse fazer todo o sentido centrar a feira nessa área, não prescindindo do seu alargamento a toda a cidade histórica através da concretização da parte cénica,



configurações e algumas das animações históricas. Disse ter gostado da comunicação feita pelo membro Hugo Teixeira e que correspondia ao que a Câmara Municipal está a fazer e ao caminho que desenvolve com toda a comunidade nas questões ambientais. Depois, salientou a importância do comércio tradicional para a cidade e mostrou-se disponível para apoiar sempre a Associação Industrial e comercial, assim como os próprios comerciantes, no sentido de se encontrar soluções de melhoramento e ser encontrados novos modelos criativos para que o comércio tradicional tenha outra vitalidade. De seguida, evidenciou a importância que tem os Fundos Comunitários e as participações do Estado Central, exemplificando com diversas obras em curso e em fase de iniciação, como é o caso da primeira fase da Ecovia, o edifício Alberto Sampaio, destinado a alojamento temporário para cedência às Nações Unidas, a obra do Adarve da Muralha, a obra da Muralha da Alfândega, a obra por detrás da Universidade do Minho, a obra de reabilitação e beneficiação do edifício da firma Freitas e Fernandes, destinada a instalar a Universidade das nações Unidas, a obra do Parque de Camões e sua envolvente e obras em diversas escolas e arruamentos nas diversas freguesias do Concelho. Relativamente ao parque da Mumadona, informou que esteve com o Arquiteto Siza Vieira no local e que foi encontrada uma solução melhor do que a que estava pensada, criar uma passagem inferior até junto do muro do Monte Latito e instalar-se aí a plataforma elevatória. Finalizou, dizendo ser este o projeto que estava a ser trabalhado e que, mesmo sendo mais demorado, resolveria definitivamente o problema da mobilidade reduzida de acesso ao parque da Mumadona, assim como do acesso ao Castelo, Monte Latito e Paço dos Duques. -----
Foram solicitados esclarecimentos pelos membros Mariana da Conceição

Pereira da Silva, Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro e Ana Margarida da Costa Teixeira, aos quais Domingos Bragança respondeu. -----

URBANISMO -----

7 - RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO DO PARQUE DE LAZER VISTA

ALEGRE. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta de reconhecimento de interesse público do parque de lazer da Vista Alegre, aprovada pelo Executivo Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em dezassete de janeiro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **8 -**

RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO – TEMPO MARAVILHA, LDA.

Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta de reconhecimento de interesse público – Tempo Maravilha, Lda., aprovada pelo Executivo Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em dezassete de janeiro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

Submetida à votação a Assembleia **DELIBEROU:** -----

APROVAR o ponto 7, por unanimidade. -----

APROVAR o ponto 8, por maioria, com **90 votos a favor** (26 eleitos do PS, 36 Presidentes de Junta do PS, 10 eleitos do PSD, 11 Presidentes de Junta do PSD, 4 eleitos do CSD-PP e 3 eleitos da CDU) e **1 voto contra** (e eleito do BE).

RECURSOS HUMANOS -----

9 – RECRUTAMENTO PARA CARGOS DIRIGENTES – DESIGNAÇÃO DE JÚRI.

Submete-se votação da Assembleia Municipal, por escrutínio secreto, a composição dos Júris para recrutamento de cargos dirigentes, aprovada pelo Executivo Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em catorze de fevereiro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

Resultado da votação: -----



VOTANTES = 90 Membros; SIM = 67 votos; NÃO = 15 votos; BRANCOS = 8 votos; NULOS = 0 votos. -----

DELIBERADO APROVAR. -----

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS -----

10 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – ENERGIA ELÉTRICA PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA E PARA DIVERSAS INSTALAÇÕES PERTENCENTES À CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES – RENOVAÇÃO DO CONTRATO (CONCURSO PÚBLICO Nº 7/15).

Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Aquisição de serviços – Energia elétrica para iluminação pública e para diversas instalações pertencentes à Câmara Municipal de Guimarães – Renovação do contrato (Concurso Público nº 7/15)”, aprovada pelo Executivo Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em três de janeiro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **11 -**

FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O MUNICÍPIO DE GUIMARÃES, AO ABRIGO DO ACORDO-QUADRO DE FORNECIMENTO DE ELETRICIDADE, CELEBRADO PELA CENTRAL DE COMPRAS DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO AVE - REPARTIÇÃO DE ENCARGOS.

Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Fornecimento de energia elétrica para o Município de Guimarães, ao abrigo do acordo-quadro de fornecimento de eletricidade, celebrado pela central de compras da Comunidade Intermunicipal do Ave - Repartição de encargos”, aprovada pelo Executivo Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em catorze de fevereiro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

Submetida à votação a Assembleia **DELIBEROU:** -----

APROVAR o ponto 10, por maioria, com **71 votos a favor** (26 eleitos do PS,

36 Presidentes de Junta do PS, 4 eleitos do CSD-PP, 3 eleitos da CDU e 1 eleito do BE) e **21 abstenções** (10 eleitos do PSD e 11 Presidentes de Junta do PSD). -----

APROVAR o ponto 11, por maioria, com **71 votos a favor** (26 eleitos do PS, 36 Presidentes de Junta do PS, 4 eleitos do CSD-PP, 3 eleitos da CDU e 1 eleito do BE) e **21 abstenções** (10 eleitos do PSD e 11 Presidentes de Junta do PSD). -----

ENTIDADES PARTICIPADAS -----

12 -CONTRATO PROGRAMA COM A COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO FRATERNA CENTRO COMUNITÁRIO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL C.I.P.R.L. - 2019 LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Contrato Programa com a Cooperativa de Interesse Público Fraterna Centro Comunitário de Solidariedade Social, CIPRL – 2019 – Lei nº 50/2012, de 31 de agosto”, aprovada pelo Executivo Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em catorze de fevereiro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

Manuel Martins Salgado e **Marta de Abreu Coutada** não participaram na discussão e votação desta proposta por se considerarem impedidos. -----

Susana Gabriela Meireles Campos Nunes, do Grupo Parlamentar Municipal do PS, referiu ser a pobreza e as desigualdades uma violação clara dos direitos humanos e de cidadania que, por um lado, fragiliza a vida democrática e, por outro lado, um obstáculo ao desenvolvimento económico e social. Acrescentou estar este combate no centro da ação da governação socialista, adotando claramente o compromisso do aprofundamento do estado social e do desenvolvimento de políticas sociais de combate à pobreza e exclusão social. Acrescentou, ainda, que ao longo dos anos o Executivo Socialista de Guimarães vem reforçando, de forma



inequívoca, o investimento dos recursos, sejam financeiros, humanos ou organizacionais, no desenvolvimento sustentado de políticas sociais, programas e ações promotores de uma crescente coesão social do território. Neste âmbito, disse ser a cooperativa Fraterna um instrumento importante, que desenvolve a sua ação com enfoque nos públicos mais desfavorecidos. Referiu, de seguida, que a Fraterna estrutura a sua intervenção em cinco setores, a saber: O setor da infância; O sector de apoio à terceira idade; O setor de apoio ao emprego; O sector de atividades culturais, educativas e recreativas; E, o setor de apoio aos cidadãos socioeconomicamente mais vulneráveis. Depois, enumerou alguns dos principais apoios concebidos e de projetos realizados pela cooperativa Fraterna. Por fim, referiu que a cooperativa Fraterna assume-se como um instrumento de intervenção social, cooperando numa rede inter-organizacional, com entidades públicas e privadas que contribuem solidariamente para a coesão social e o bem-estar de cada vimaranense. -----

Submetida à votação a Assembleia **DELIBEROU APROVAR**, por maioria, com **64 votos a favor** (24 eleitos do PS, 36 Presidentes de Junta do PS, 3 eleitos da CDU e 1 eleito do BE) e **25 abstenções** (10 eleitos do PSD, 11 Presidentes de Junta do PSD e 4 eleitos do CDS-PP). -----

EDUCAÇÃO -----

13 - ADESÃO DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES À ASSOCIAÇÃO PROCHILD COLLAB. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Adesão do Município de Guimarães à Associação Prochild ColLab”, aprovada pelo Executivo Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em catorze de fevereiro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

Margarida Pinheiro Pereira, do Grupo Parlamentar Municipal do PSD, fez

uma intervenção sobre a adesão do Município de Guimarães à Associação Prochild Collab, lendo, em voz alta, o teor do texto que a seguir se transcreve: *“Propõe – nos a Câmara Municipal aderir à Associação ProChild. Tratando-se de uma instituição multidisciplinar que visa promover e executar iniciativas e atividades de investigação e desenvolvimento para o combate sustentado à pobreza e exclusão social na infância, não podia o nosso partido ficar indiferente. Pela leitura dos estatutos e pelo prestígio das personalidades que integram o projeto, as nossas perspetivas são muitas, pelo que ficamos a aguardar a materialização dos seus propósitos. Quando as vontades se conjugam, para o combate à pobreza e exclusão social, o PSD surge na linha da frente. Fazê-lo no conceito do desenvolvimento e inovação tecnológica na área da pobreza e exclusão social na infância, tendo como suporte infraestruturas e pessoas prestigiadas é garantia de que estas ações multidisciplinares trarão resultados. Ao apoiarmos esta iniciativa afirma-se o PSD como intérprete das propostas positivas que surjam na Assembleia Municipal para bem dos nossos munícipes. O nosso objetivo como social-Democratas que nos afirmamos é servir, sem olhar a quem toma a iniciativa. Fazê-lo em cada momento é procurar ler os tempos e as circunstâncias. Confrontados com a vontade de desenvolver o conceito de inteligência multifocal numa perspetiva inovadora do funcionamento da mente e da construção do pensamento é tornar rico quem configuramos como pobres. Este projeto ao perspetivar uma mudança social efetiva, colocando as crianças no centro da pesquisa e da inovação atrai ainda mais a nossa expectativa. Porém, não resisto à tentação de pedir alguns esclarecimentos, sem qualquer espécie de reserva. Assim, pergunto: 1º-Por que surgiu Pevidém e as freguesias envolventes tendo o concelho outras áreas com as mesmas ou piores características sociodemográficas e económicas? 2ºQual o tempo de duração do projeto? 3ºJá tem o executivo perspetivado o*



levantamento de outras zonas do concelho que assumam a necessidade de intervenção? 4º Estando o projeto organizado em 4 eixos estratégicos de intervenção social, cada um com projetos específicos, qual é para o executivo a prioridade primeira? 5º-Tem o executivo perspetivada a envolvência de técnicos da câmara no projeto?” -----

Pedro Manuel Pastor Torcato Ribeiro, do Grupo Parlamentar Municipal da CDU, fez uma intervenção sobre a adesão do Município de Guimarães à Associação Prochild ColLab, lendo, em voz alta, o teor do texto que a seguir se transcreve: *“Relativamente a este ponto, não nos opomos ao mesmo, mas há algumas considerações que gostaríamos de colocar. Desde logo, ao pesquisar informação sobre a Associação PROCHILD COLAB, pouco ou nada encontramos. A Associação não tem site próprio e não há informação a não ser o disponibilizado por algumas universidades que aderiram como associados. Através do site da Universidade de Lisboa ficamos a saber que terá um financiamento público de 3,2 milhões e mais 3,5 milhões através de financiamento direto dos associados. Consideramos que os estudos são sempre fundamentais para a definição de melhores políticas sociais, no entanto, questiono quantos estudos foram feitos... e financiados... nesta área nos últimos 40 anos? O que se fez com as conclusões desses estudos? Precisamos de combater a pobreza mas a pobreza não pode ser encarada como um negócio. O combate à pobreza faz-se com decisões e opções políticas. Por mais estudos e declarações, o problema da pobreza não se resolve enquanto tivermos os salários mais baixos da Europa. Recordo que recentemente propusemos o aumento do salário mínimo para 650€, que continua a ser miserável, e o PS, PSD e CDS votaram contra. O problema da pobreza não se resolve com as taxas moderadoras na saúde, que representam um grande entrave nas classes sociais mais desfavorecidas. O*

problema da pobreza não se resolve enquanto encerramos serviços públicos nos locais mais desfavorecidos. As populações precisam do posto de CTT, do Centro de Saúde, Tribunais, Escolas, Segurança... Precisam de políticas de proximidade. O problema da pobreza não se resolve enquanto tivermos enquanto persistirem os problemas no acesso à habitação, seja a renda ou o custo das casas. O problema da pobreza não se resolve enquanto um casal em que os dois trabalham, tem dificuldade em por comida na mesa, em pagar a conta da água e da luz, em garantir os serviços básicos à subsistência. O problema da pobreza não se resolve enquanto persistirem barreiras económicas no acesso ao ensino superior. O problema da pobreza não se resolve enquanto o fosso entre os mais ricos e os mais pobres aumenta em vez de diminuir. Por muito difícil que seja, enquanto não houver redistribuição da riqueza a pobreza persistirá.” -----

Adelina Paula Mendes Pinto, Vice-presidente da Câmara Municipal, referiu ter ficado muito satisfeita pelo voto de confiança que lhes foi dado pela deputada Margarida Pinheiro Pereira. Disse ser efetivamente um projeto do qual têm muitas expectativas e no qual têm trabalhado bastante, porque se trata de um laboratório colaborativo criado no âmbito deste Governo e pensados para a área tecnológica, mas queriam que este laboratório servisse como uma incubadora social, para testar fórmulas de forma a resolver problemas que estão a montante, neste caso a pobreza e da exclusão social nas crianças. Informou que quando começaram a estudar este laboratório colaborativo tiveram de definir o público-alvo, pois não poderiam ser todas as crianças, e a questão territorial. Referiu que a integração de Pevidém foi bem trabalhada e estudada, inclusive localmente com o Presidente da Junta e os empresários, por considerarem Pevidém uma zona que tem uma identidade muito própria, é uma zona fabril, uma zona têxtil, tem uma forte componente cultural, com diversas associações e,



por isso, reunia todas as condições para testar este laboratório aos vários níveis para, depois, exportar para outros territórios. O que se pretende é que tenha uma durabilidade de dois anos e depois que tenha sustentabilidade e se consiga estender para outras zonas do Concelho. Disse que iriam ter um trabalho cruzado entre os trabalhadores do Município, as várias áreas do Município, e aquilo que este grupo de investigadores vai trabalhar e fazer no terreno. Anunciou, por fim, que este Collab está na sua fase inicial, que terá a sua primeira Assembleia a um de março do corrente ano, onde serão escolhidos os seus órgãos de direção, e depois começará a trabalhar. -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR**, por unanimidade. -----

PATRIMÓNIO -----

14 – DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE UMA PARCELA DE TERRENO

SITUADA NO PARQUE INDUSTRIAL DE PONTE – 2ª FASE. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “desafetação do domínio público de uma parcela de terreno situada no Parque Industrial de Ponte – 2ª fase”, aprovada pelo Executivo Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em trinta e um de janeiro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

15 – DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE PARCELA DE TERRENO SITA NO LUGAR DO ASSENTO, FREGUESIA DE INFANTAS.

Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “desafetação do domínio público de uma parcela de terreno sita no lugar do Assento, Freguesia de Infantas”, aprovada pelo Executivo Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em trinta e um de janeiro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR**, os dois pontos, por unanimidade. -----

FREGUESIAS -----

16 - FREGUESIA DE RONFE - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E SUBSÍDIO – RETIFICAÇÃO - DELIBERAÇÃO DE 27 DE ABRIL DE 2017. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Freguesia de Ronfe – Delegação de competências e subsídio – Retificação – Deliberação de 27 de abril de 2017”, aprovada pelo Executivo Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em catorze de fevereiro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **17 - FREGUESIA DE ALDÃO – RETIFICAÇÃO DE SUBSIDIO PARA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS EM DIVERSAS RUAS.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Freguesia de Aldão – retificação de subsídio para delegação de competências – Obras de construção de passeios em diversas ruas”, aprovada pelo Executivo Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em catorze de fevereiro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **18 - ANTIGA ESCOLA EB1 DE CALVÁRIO - COMODATO - FREGUESIA DE GONDAR.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Antiga EB1 de calvário – Comodato – Freguesia de Gondar, aprovada pelo Executivo Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em trinta e um de janeiro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **19 - FREGUESIA DE MOREIRA DE CÓNEGOS - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Freguesia de Moreira de Cónegos – Pedido de cedência de autocarro”, aprovada pelo Executivo Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em dezassete de janeiro



de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **20 -FREGUESIA DE PINHEIRO - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Freguesia de Pinheiro – Pedido de cedência de autocarro”, aprovada pelo Executivo Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em vinte e nove de novembro de dois mil e dezoito, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

Submetidas à votação, no conjunto dos cinco pontos, a Assembleia **DELIBEROU APROVAR**, por unanimidade. -----

FREGUESIAS (SUBSÍDIOS) -----

21 - APOIO PARA A INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE FITNESS PARA A UNIÃO DAS FREGUESIAS DE LEITÕES, OLEIROS E FIGUEIREDO E UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SOUTO SANTA MARIA, SOUTO S. SALVADOR E GONDOMAR. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Apoio para a instalação de equipamentos de Fitness para a União das Freguesias de Leitões, Oleiros e Figueiredo e União das Freguesias de Souto Santa Maria, Souto S. Salvador e Gondomar”, aprovada pelo Executivo Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em catorze de fevereiro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **22 - FREGUESIA DE CREIXOMIL – CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – ANO DE 2018 – PRIMEIRA REVISÃO.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Freguesia de Creixomil – Contrato de atribuição de subsídio – Ano de 2018 – Primeira revisão”, aprovada pelo Executivo Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em trinta e um de janeiro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por

reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **23 - FREGUESIA DA COSTA – CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – ANO DE 2017 – SEGUNDA REVISÃO.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Freguesia da Costa – Contrato de atribuição de subsídio – Ano de 2017 – Segunda revisão”, aprovada pelo Executivo Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em trinta e um de janeiro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **24 - FREGUESIA DA COSTA – CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – ANO DE 2018 – SEGUNDA REVISÃO.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Freguesia da Costa – Contrato de atribuição de subsídio – Ano de 2018 – Segunda revisão”, aprovada pelo Executivo Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em trinta e um de janeiro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **25 - FREGUESIA DE INFANTAS – CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – ANO DE 2018 – PRIMEIRA REVISÃO.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Freguesia de Infantas – Contrato de atribuição de subsídio – Ano de 2018 – Primeira revisão”, aprovada pelo Executivo Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em trinta e um de janeiro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **26 - UNIÃO DE FREGUESIAS CANDOSO SANTIAGO E MASCOTELOS – CONTRATO ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – ANO 2018 – PRIMEIRA REVISÃO.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “União das Freguesias de Candoso Santiago e Mascotelos – Contrato de atribuição de subsídio – Ano 2018 – Primeira revisão”, aprovada pelo Executivo Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em trinta e um



de janeiro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **27 - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ATÃES E RENDUFE - CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – ANO DE 2018 – SEGUNDA REVISÃO.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “União das Freguesias de Atães e Rendufe – Contrato de atribuição de subsídio – Ano de 2018 – Segunda revisão”, aprovada pelo Executivo Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em trinta e um de janeiro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **28 - UNIÃO DE FREGUESIAS DE PRAZINS SANTO TIRSO E CORVITE – CONTRATO ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – ANO 2018 – PRIMEIRA REVISÃO.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “União das Freguesias de Prazins Santo Tirso e Corvite – Contrato de atribuição de subsídio – Ano de 2018 – Primeira Revisão”, aprovada pelo Executivo Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em trinta e um de janeiro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **29 - FREGUESIA DE PONTE – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – DELIBERAÇÃO DE 12/04/2018 - PRIMEIRA REVISÃO.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Freguesia de Ponte – Atribuição de subsídio – Deliberação de 12 de abril de 2018 – Primeira revisão”, aprovada pelo Executivo Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em trinta e um de janeiro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **30 - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AIRÃO SANTA MARIA, AIRÃO SÃO JOÃO E VERMIL – CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – ANO DE 2018 – PRIMEIRA REVISÃO.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por

“União das Freguesias de Airão Santa Maria, Airão S. João e Vermil – Contrato de atribuição de subsídio – Ano 2018 – Primeira revisão”, aprovada pelo Executivo Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em trinta e um de janeiro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **31 - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SOUTO SANTA MARIA, SOUTO SÃO SALVADOR E GONDOMAR – CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – ANO DE 2018 – PRIMEIRA REVISÃO.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “União das freguesias de Souto Santa Maria, Souto S. Salvador e Gondomar – Contrato de Atribuição de subsídio – Primeira revisão”, aprovada pelo Executivo Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em trinta e um de janeiro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **32 - FREGUESIA DE CALDELAS - VILA DAS TAIPAS, VILA NATAL 2018 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Freguesia de Caldelas – Vila das Taipas, Vila Natal 2018 – Atribuição de subsídio”, aprovada pelo Executivo Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em vinte e nove de novembro de dois mil e dezoito, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **33 - FREGUESIA DE AZURÉM - CONTINUIDADE DO PROJETO SOCIAL "OFICINA DAS LETRAS" 13 DE MARÇO DE 2019 A 12 DE MARÇO DE 2020.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Freguesia de Azurém – Continuidade do Projeto Social “Oficina das Letras” 13 de março de 2019 a 12 de março de 2020”, aprovada pelo Executivo Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em trinta e um de janeiro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **34 - FREGUESIA DE RONFE - CONTINUIDADE DO PROJETO**



SOCIAL INTERVENÇÃO LOCAL: PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DE 13 DE MARÇO DE 2019 A 12 DE MARÇO DE 2020. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Freguesia de Ronfe – Continuidade do Projeto Social Intervenção Local: Promoção da Qualidade de Vida de 13 de março de 2019 a 12 de março de 2020”, aprovada pelo Executivo Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em trinta e um de janeiro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **35 - FREGUESIA DE INFANTAS - CONTINUIDADE DO PROJETO SOCIAL CONSIGO: EQUIPAMENTOS ADAPTATIVOS E ACOMPANHAMENTO DE PROXIMIDADE DE 13 DE MARÇO DE 2019 A 12 DE MARÇO DE 2020.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Freguesia de Infantas – Continuidade do Projeto Social Consigo: Equipamentos Adaptativos e Acompanhamento de Proximidade de 13 de março de 2019 a 12 de março de 2020”, aprovada pelo Executivo Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em trinta e um de janeiro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

Cristina Patrícia Lemos Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de Infantas, fez uma intervenção sobre o tema freguesias, lendo, em voz alta, o teor do texto que a seguir se transcreve: *“Começo por felicitar este executivo pela confiança depositada nas freguesias. Por acreditar que estas, como verdadeiras conhecedoras dos seus territórios e das suas problemáticas são quem melhor consegue um serviço de proximidade em prol do desenvolvimento das comunidades. Felicito-vos, hoje em particular, pelo apoio financeiro aos projetos sociais aqui em discussão: “Oficina das Letras”, “Intervenção Local” e “CONSIGO”. Cada um com a sua especificidade.*

Pensado para uma problemática concreta, existente num determinado território. OFICINA DAS LETRAS, um projeto que visa promover a reeducação, através do domínio da expressividade oral e da escrita, combatendo o analfabetismo e a iliteracia e promovendo o enriquecimento patrimonial cultural individual das pessoas com mais de 55 anos com baixa escolaridade, na Comissão Social Interfreguesias “Comunidade Solidária”, composta pelas freguesias de Azurém, Creixomil, Fermentões, Penselo e Silvares. Em quase dois anos, este projeto realizou mais de 416 oficinas de leitura e escrita, com mais de 643 horas de formação, dirigidas a 56 adultos com mais de 55 anos. INTERVENÇÃO LOCAL teve o seu início na 1ª edição do orçamento participativo. Um projeto que pretende desenvolver estratégias de intervenção adequadas às necessidades e potencialidades individuais dos idosos em situação de isolamento e fragilidade, proporcionando proteção e segurança, maximizando o bem-estar físico, social e mental ao longo da vida. Este projeto também, proporciona acompanhamento e terapia ocupacional aos idosos integrados no programa “Guimarães 65+”, na Comissão Social Interfreguesias do Oeste, composta pelas freguesias de Brito e Ronfe e pelas Uniões de freguesias de Airão- Santa Maria, Airão- São João e Vermil e União de Freguesias de Leitões, Oleiros e Figueiredo. Tendo, através de uma equipa multidisciplinar, desde o início deste projeto acompanhado um total de 156 pessoas idosas com idades compreendidas entre os 55 e 82 anos, das quais 45 são idosos sinalizados pelo programa “Guimarães 65+” e 111 pessoas que participam nas diversas oficinas realizadas pela “Academia da Razão” (Universidade Sénior). Também o CONSIGO tem a formação do seu embrião no orçamento participativo. Um projeto de âmbito concelhio tem como eixo principal de atuação a Comissão Social Sudoeste da Montanha da Penha, nas freguesias de Infantas e Pinheiro e nas Uniões Freguesias de Abação e Gémeos, Serzedo e Calvos, Tabuadelo e São Faustino. Este projeto visa



promover a autonomia e bem-estar, facilitando a permanência de pessoas dependentes e com incapacidades no seu domicílio e no seu meio familiar e social, disponibilizando um banco de equipamentos adaptativos, apostando em procedimentos de reciclagem e reutilização de equipamentos adquiridos ou doados ao projeto, contribuindo, desta forma, para a preservação do ambiente. Desde o início da sua execução que são acompanhados 80 agregados familiares, foram cedidos 160 equipamentos adaptativos pelos diferentes pontos do concelho de Guimarães, desde Lordelo, Brito, S. Torcato, Gonça ou Creixomil. Foram realizadas 3 campanhas municipais de recolha de equipamentos adaptativos, nas quais foram doados 201 equipamentos para reciclagem e reutilização pela comunidade vimaranense. São ainda acompanhados 144 idosos do programa “Guimarães 65+”, através de um acompanhamento de proximidade com mais de 400 visitas domiciliárias. Três projetos. Três projetos que abraçam uma faixa etária muito frágil da nossa população: a terceira idade. Tendencialmente pessoas mais doentes, com perda de memória e menos agilidade. Compete a cada um de nós mudar este estigma e desenvolver uma nova terceira idade. Com estes três projetos prevenimos quadros demenciais e de dependência, promovendo a autonomia, a qualidade de vida e o envelhecimento saudável e ativo.” -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR**, por unanimidade, os pontos 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34 e 35. -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR**, por maioria, o ponto 32, com **70 votos a favor** (26 eleitos do PS, 36 Presidentes de Junta do PS, 4 eleitos do CDS-PP, 3 eleitos da CDU e 1 eleito do BE) e **21 votos contra** (10 eleitos do PSD e 11 Presidentes de Junta do PSD). -----

FREGUESIAS (DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS) -----

36 - ACORDO DE EXECUÇÃO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS

FREGUESIAS PARA LIMPEZA DAS VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS, SARJETAS E SUMIDOUROS E DE REALIZAÇÃO DE PEQUENAS REPARAÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO – 2019. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Acordo de Execução de Delegação de Competências nas Freguesias para limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros e de realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico – 2019”, aprovada pelo Executivo Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em catorze de fevereiro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **37 - FREGUESIA DE SILVARES - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – DELIBERAÇÃO DE 31 DE OUTUBRO DE 2018 – PRIMEIRA REVISÃO.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Freguesia de Silvares – Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências – Deliberação de 31 de outubro de 2018 – Primeira revisão”, aprovada pelo Executivo Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em catorze de fevereiro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **38 - FREGUESIA DE SERZEDELO - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ANO DE 2018 – PRIMEIRA REVISÃO.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Freguesia de Serzedelo – Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências – Ano de 2018 – Primeira revisão”, aprovada pelo Executivo Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em trinta e um de janeiro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **39 - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PRAZINS SANTO TIRSO E CORVITE - CONTRATO**

**INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ANO DE 2017**

– **SEGUNDA REVISÃO.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “União das Freguesias de Prazins Santo Tirso e Corvite – Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências – Ano de 2017 – Segunda revisão”, aprovada pelo Executivo Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em trinta e um de janeiro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **40 - FREGUESIA DE PONTE – DELEGAÇÃO DE**

COMPETÊNCIAS - CONCLUSÃO DA REQUALIFICAÇÃO DO LARGO COMENDADOR MANUEL GONÇALVES, EM CAMPELOS, E ALARGAMENTO DA RUA REITOR JOAQUIM AUGUSTO MACIEL RIBEIRO TORRES – DELIBERAÇÃO DE 12/04/2018 - PRIMEIRA REVISÃO. Submete-se à

apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Freguesia de Ponte – Delegação de Competências – Conclusão da requalificação do Largo Comendador Manuel Gonçalves, em Campelos, e alargamento da rua Reitor Joaquim Augusto Maciel Ribeiro Torres – Deliberação de 12 de abril de 2018 – Primeira revisão”, aprovada pelo Executivo Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em trinta e um de janeiro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **41 - FREGUESIA DE URGEZES -**

CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ANO DE 2017 – SEGUNDA REVISÃO. Submete-se à apreciação e votação da

Assembleia Municipal a proposta designada por “Freguesia de Urgez – Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências – Ano de 2017 – Segunda revisão”, aprovada pelo Executivo Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em trinta e um de janeiro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

42 - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SOUTO SANTA MARIA, SOUTO S. SALVADOR E GONDOMAR - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ANO DE 2018 – PRIMEIRA REVISÃO.

Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “União das Freguesias de Souto Santa Maria, Souto S. Salvador e Gondomar – Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências – Ano de 2018 – Primeira revisão”, aprovada pelo Executivo Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em trinta e um de janeiro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

43 - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS DE LORDELO E SELHO S. CRISTÓVÃO PARA GESTÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS.

Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Delegação de Competências nas Freguesias de Lordelo e Selho S. Cristóvão para gestão de instalações desportivas”, aprovada pelo Executivo Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em dezassete de janeiro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR**, por unanimidade, os pontos 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42 e 43. -----

TRÂNSITO -----

44 - ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA FREGUESIA DE FERMENTÕES. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “alteração de trânsito na freguesia de Fermentões”, aprovada pelo Executivo Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em catorze de fevereiro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

45 - ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA RUA 1.º DE MAIO - FREGUESIA DE SILVARES. Submete-se à apreciação e votação da



Assembleia Municipal a proposta designada por “Alteração de trânsito na rua 1º de maio – Freguesia de Silvares”, aprovada pelo Executivo Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em treze de dezembro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR**, por unanimidade, o ponto 44. -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR**, por maioria, o ponto 45, com **70 votos a favor** (26 eleitos do PS, 36 Presidentes de Junta do PS, 4 eleitos do CDS-PP, 3 eleitos da CDU e 1 eleito do BE) e **21 abstenções** (10 eleitos do PSD e 11 Presidentes de Junta do PSD). -----

ELEIÇÕES -----

46 - ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GUIMARÃES PARA INTEGRAR A COMISSÃO CONSULTIVA DA SEGUNDA REVISÃO DO PDM. Submete-se à votação da Assembleia Municipal, por escrutínio secreto, a eleição do representante da Assembleia Municipal para integrar a Comissão Consultiva da Segunda Revisão do PDM. Foram apresentadas as seguintes candidaturas: João Manuel Gonçalves Miranda, pelo Grupo Parlamentar do PS; José Cardoso de Menezes Couceiro da Costa, pelo Grupo Parlamentar do PSD. -----

Resultado da votação: -----

VOTANTES = 90 Membros; João Manuel Gonçalves Miranda = 61 votos; José Cardoso de Menezes Couceiro da Costa = 24 votos; BRANCOS = 5 votos; NULOS = 0 votos. -----

Eleito **João Manuel Gonçalves Miranda**. -----

-----**PROPOSTAS E MOÇÕES** -----

Moção apresentada pelo Grupo Parlamentar Municipal do **BE**, do seguinte teor: “PELO COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÉNERO - Considerando que: (I)O

combate à violência de género é um dos maiores desafios das nossas sociedades; (II) A violência de género toma várias formas, sendo Portugal assolado por um número de crimes de violência doméstica e violação muito elevado e maioritariamente direcionado contra mulheres, que devem fazer ponderar as medidas implementadas até hoje e novas formas de combater este flagelo; (III) Segundo o Observatório de Mulheres Assassinadas da UMAR, nos últimos 15 anos morreram 503 mulheres e cerca de 600 foram vítimas de tentativas de assassinato. No mesmo período, mais de 1000 crianças ficaram órfãs. (IV) Em 2018, registaram-se, em Portugal, 29.734 participações do crime de Violência Doméstica; (V) Por outro lado, a violência doméstica é o crime contra as pessoas que mais mata em Portugal. Este crime continua a assumir-se como uma das principais formas de criminalidade, sendo que, nos crimes contra as pessoas, é apenas superado em número de ocorrências, pelo crime de ofensa à integridade física simples, segundo dados do Relatório Anual de Segurança Interna de 2017 (RASI 2017). (VI) Apesar de, passados 18 anos, ser pacífico na sociedade portuguesa o mérito de se ter tornado a violência doméstica crime público, apesar das inúmeras campanhas de sensibilização, apesar de todas as denúncias, o crime de violência doméstica continua a ter uma prevalência muito grande; (VII) Só este ano, 2019, já foram assassinadas 10 mulheres e 1 criança em contexto de violência doméstica e de relações de intimidade. Nestes casos, existiam já processos, queixas, tentativas de pedir ajuda que não foram ouvidas por ninguém. O sistema que deveria apoiar as vítimas de violência doméstica continua a falhar redondamente. (VIII) Por outro lado, o crime de violação atinge, sobretudo, mulheres e crianças. Apesar da neutralidade prevista no tipo legal de violação quanto ao género da vítima, este crime é, indubitavelmente, uma forma de violência de género, e uma das mais invisíveis. (IX) Em Portugal, de acordo com os dados do RASI 2017,



as participações do crime de violação aumentaram, de 2016 para 2017, 21,8% e foram apresentadas 408 queixas às forças de segurança. Segundo a mesma fonte, a esmagadora maioria de agressores enquadra-se em relações de proximidade familiar ou de conhecimento, sendo por isso falsa a ideia de que o crime de violação é cometido por estranhos. (X) Neste quadro, afigura-se a necessidade de um debate aprofundado e sério da sociedade portuguesa, que ouça com mais atenção as várias organizações que trabalham diariamente com estes casos de violência, bem como organizações internacionais, profissionais da justiça, entre outros. (XII) Parte das propostas estão em especialidade, outras foram já rejeitadas, mas, no geral, o que se tem depreendido do debate público sobre estas matérias é que existe pouca vontade política para fazer alterações à legislação. O argumento tem sido de que é preciso investir mais na formação dos e das profissionais. (XII) Concordando com a necessidade permanente de existir formação, os números indicam claramente que isso não chega. Tudo o que se fizer neste âmbito, seja de nível nacional ou local, será sempre pouco enquanto o número de femicídios for tão elevado. (XIII) Lembramos que, desde 2007, o Bloco de Esquerda propõe a criação de equipas multidisciplinares especializadas nas várias fases do processo e nas várias entidades. Apenas agora o Governo está a dar início a este caminho: é positivo, mas já vem tarde. Assim, a Assembleia Municipal de Guimarães, reunida em 22 de Fevereiro de 2019, delibera, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: 1. Saudar todas as manifestações e concentrações que, nas últimas e próximas semanas, ocorrerão por todo o país exigindo medidas efetivas de combate à violência de género; 2. Exigir ao Governo e à Assembleia da República que tomem o combate à violência de género como prioridade política efetiva; 3.

Instar aos respetivos órgãos de soberania a procederem às seguintes medidas: a. Alteração das molduras penais para os crimes de violência doméstica, sexual e contra menores; b. Adequação do Código Penal à Convenção de Istambul, cumprindo as recomendações do GREVIO no último relatório sobre a aplicação da Convenção em Portugal, estabelecendo o consentimento como linha vermelha do crime de violação e consagrando o crime de violação como crime público; c. Extensão da aplicação de prisão preventiva a crimes de violência doméstica e proibir a aplicação do instituto da suspensão provisória do processo a este tipo de crimes; d. Garantir a articulação entre o processo-crime e o processo de regulação das responsabilidades parentais (quando exista). Não é possível separar estes dois processos, deixando as vítimas mais vulneráveis perante o agressor; e. Aplicação das medidas de coação “proibição de contacto e imposição de condutas” ao crime de perseguição (stalking), pois é um passo para garantir a proteção da vítima durante a fase de inquérito. 4. Instar o Governo a acelerar os processos de formação e sensibilização dos e das várias agentes nos processos de violência: juízes e magistrados, forças de segurança, assistentes sociais, técnicos de saúde. 5. Instar o Governo a iniciar o processo de debate alargado para a criação de equipas multidisciplinares especializadas. 6. Remeter esta moção ao Governo, Presidente da Assembleia da República e Grupos Parlamentares.” -----

Submetida à votação a Assembleia **DELIBEROU APROVAR**, por maioria, com **24 votos a favor** (9 eleitos do PSD, 11 Presidentes de Junta do PSD, 3 eleitos da CDU e 1 eleito do BE), **4 voto contra** (4 eleitos do CDS-PP) e **63 abstenções** (26 eleitos do PS, 36 Presidentes de Junta do PS e 1 eleito do PSD). -----

-----**DECLARAÇÕES DE VOTO**-----

Emídio Guerreiro, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, proferiu o



seguinte: “O PSD vota favoravelmente esta moção do Bloco de Esquerda por um conjunto de situações também refletidas, quer nos considerandos naquilo que é a proposta. Entendemos que este facto é um desafio importante cada vez mais na sociedade portuguesa. Não podemos ser insensíveis aos números deste ano. O número de mortes tem aumentado de uma forma verdadeiramente assustadora. E revemo-nos, também, naquilo que o Bloco de Esquerda diz relativamente à ausência de medidas concretas por parte do Governo, e quero recordar que, apesar de supostos compromissos para serem tomadas, até ao final do mês de março de dois mil e dezanove, o Governo termina as suas funções em dois mil e dezanove. Por isso, foi preciso esperar toda uma legislatura para tentarmos perceber se há algo concreto ou não. Também já que estamos em maré de anúncios, para dizer que no dia 8 de março o Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia da República vai apresentar um conjunto de projetos que muito idênticos aqueles que hoje votamos favoravelmente e que foi aprovada nesta Assembleia Municipal.” ---

Paulo Rui Lopes Pereira da Silva, em nome do Grupo Parlamentar do PS, proferiu o seguinte: “O Partido Socialista absteve-se nesta moção. Em grande parte estamos de acordo com aquilo que é sugerido na parte dos considerandos e mesmo na parte propositiva, mas existem algumas referências em ambas as partes que pressupõe que, neste momento, não estão a ser dados passos nesta matéria, nem o Governo tem isto como prioridade, quando, na realidade, mesmo em termos de Assembleia da República, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista em diálogo efetivo e, principalmente, com os partidos da esquerda tem um compromisso até ao final deste mês apresentar duas iniciativas legislativas, provavelmente até subscritas por mais do que deputados do Partido Socialista. Depois, porque também há aqui questões de princípio relativamente à questão, por

exemplo, das alterações às molduras penais, em que, primeiro, nos parece complicado estabelecer uma relação de nexocausalidade entre a dissuasão e as medidas mais gravosas do ponto de vista do Código Penal mas, mais do que isto, que haja uma análise com alguma leveza por deputados municipais desta matéria, sem haver estudos prévios sobre o caso. Aqui, não nos cabe esta questão.” -----

Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Parlamentar Municipal do BE, do seguinte teor: “Aplicar a redução do preço dos transportes públicos a partir de Abril. Todos os dados conhecidos indicam que no nosso país o transporte público e/ou coletivo não tem sido disponibilizado a milhares de pessoas que necessitam de se deslocar e os preços das viagens tornaram-se inacessíveis aos interessados. As deslocações entre diferentes locais têm vindo a ser efetuadas, na maioria dos casos, através da utilização individual do automóvel. O congestionamento nas deslocações, a emissão de gases de efeito de estufa (GEE) e doutros poluentes, o ruído, o gasto de energia e a exclusão social impõem novas políticas públicas para diminuir o uso excessivo do automóvel, promover a coesão territorial, mitigar as alterações climáticas e atrair mais passageiros para o transporte público. Nesse sentido, no Orçamento do Estado para 2019 foi criado um Programa de Apoio à Redução Tarifária no conjunto do país (PART). O despacho conjunto dos ministérios das Finanças e Ambiente (Despacho n.º1234-A/2019) consigna 104 milhões de euros do Fundo Ambiental para este programa, dos quais apenas 1,588 milhões de euros serão para a Comunidade Intermunicipal do Cávado e 1,351 milhões de euros para a Comunidade Intermunicipal do Ave. Para Lisboa e Porto vão mais de 88 milhões de euros. A aplicação daquela verba será decidida pelas Autoridades de Transporte das Áreas Metropolitanas (AM) e das Comunidades Intermunicipais (CIM), sendo que, pelo menos 60% do montante atribuído,



deve ser utilizado para a redução dos preços dos passes, criação de passes familiares ou transporte gratuito para menores em idade escolar, reformados e séniores. A verba restante poderá ser usada para aumentar e melhorar a oferta e os acessos à rede de transportes coletivos. Nas CIMs o custo dos transportes deverá ser fixado pelas respetivas Autoridades de Transporte até 1 de Abril próximo. A importância das medidas a tomar em matéria de mobilidade, impõe a cada município ter um conhecimento aprofundado da situação, para serem encontradas as melhores respostas, tendo em conta, entre outros elementos, a densidade territorial, os destinos das deslocações e os modos de transporte mais adequados. Assim, considerando que: –As autarquias, através da respetiva CIM, têm de remeter ao Governo (Fundo Ambiental), até ao dia 15 de março de 2019, o plano de aplicação daquelas verbas para a redução tarifária nos transportes, uma vez que é a condição para que possa entrar em vigor a partir do próximo mês de abril em cada um dos municípios; – As autarquias (CIM) devem empenhar todos os esforços e a maior celeridade possível na definição do plano de redução do preço dos passes para que o prazo do dia 15 de março seja cumprido; – É essencial iniciar de imediato negociações entre as CIM do Cávado, do Ave e a Área Metropolitana do Porto (AMP) para que os utentes de transportes públicos que nas suas deslocações pendulares atravessem territórios de várias CIM e a AMP sejam abrangidos na totalidade pela redução tarifária e não fiquem apenas abrangidos pela redução correspondente à CIM onde residem; – Quem se desloca, por exemplo, de Barcelos, Braga, Guimarães ou Famalicão para o Porto ou de Guimarães para Braga, deve ter um passe com redução tarifária que contemple todo o percurso, apesar de atravessar territórios de CIMs diferentes; – No plano de redução tarifária a apresentar pelas autarquias, deve estar contemplada a

criação de um “passe família” que integre todo o agregado familiar, para que não se pague mais do que 2 passes por família e haja gratuidade para estudantes menores, idosos e desempregados; – A par destas medidas de redução tarifária, o plano tem de incorporar um projeto para a melhoria dos transportes públicos e o alargamento da rede; – A redução do tarifário e a extensão e aumento de qualidade da oferta deste serviço é um contributo importante para que o transporte público seja mais atrativo do que a utilização do transporte individual, contribuindo para a diminuição das emissões de CO2 e o combate às alterações climáticas; – A redução do peso da despesa em transportes é muito importante para as famílias; A Assembleia Municipal de Guimarães, reunida em sessão ordinária em 22 de Fevereiro de 2018, desejando contribuir para a promoção e implementação de novas políticas no domínio dos transportes, recomenda ao executivo camarário que: – desenvolva os procedimentos necessários para a programação de políticas de mobilidade assentes na redução das tarifas e na utilização do transporte coletivo de passageiros nos seus diversos modos, assegurando a qualidade dos transportes públicos e uma mobilidade ao serviço das populações; – desencadeie de imediato negociações com a CIM do Ave, CIM do Cávado e Área Metropolitana do Porto, com vista à redução dos passes de transportes públicos para todos os munícipes a partir de abril de 2019.” -----

A Assembleia **DELIBEROU REPROVAR**, por maioria, com **62 votos contra** (26 eleitos do PS e 36 Presidentes de Junta do PS), **4 abstenções** (4 eleitos do CDS-PP) e **25 votos a favor** (10 eleitos do PSD, 11 Presidentes de Junta do PSD, 3 eleitos da CDU e 1 eleito do BE). -----

-----**DECLARAÇÕES DE VOTO**-----

Emídio Guerreiro, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, proferiu o seguinte: *“O PSD vota favoravelmente esta proposta, porque fez uma*



proposta idêntica na discussão do Orçamento do Estado para 2019. E, aquilo que nós propusemos na altura é muito simples, se o orçamento dos portugueses, o Orçamento de Estado, que é composto por aquilo que cada português contribui de Norte a Sul do país, vai servir para financiar os descontos para passes sociais de alguns? Não. Tem de ser para todos. Não faz sentido nenhum que algumas regiões, nomeadamente a área metropolitana do Porto e Lisboa, que levam a fatia de leão do valor que ficou orçamentado, tenham descontos significativos para as famílias que aí residem e que as outras famílias não usufruam deste tipo de desconto. Fizemo-lo no Orçamento de Estado, apresentamos essa proposta, registamos apenas é que, na discussão do Orçamento do Estado, o BE não ter a atitude que tem hoje, que é de pôr isto em cima da mesa, trazer uma proposta para se votar. Por ocasião do Orçamento de Estado o BE votou a proposta do PS que continua a rejeitar, como vemos hoje aqui, que isto se aplique a todos os cidadãos de Norte a Sul do país.” -----

Paulo Rui Lopes Pereira da Silva, em nome do Grupo Parlamentar do PS, proferiu o seguinte: *“O PS votou contra esta proposta, apesar de estar integralmente de acordo com aquilo que são os seus considerandos. Dá-se o caso na componente deliberativa estarmos a fazer uma recomendação à Câmara de fazer aquilo que já está a fazer e, portanto, não poderíamos aprovar esta matéria. Dizer, também, que aquilo que se fala aqui é do tarifário social que foi proposto por este Governo, seja uma fatia de leão para Lisboa ou Porto, seja o que sobra para o que resta do país, sabemos é que esta proposta é deste Governo. E, do Governo anterior, que faziam parte alguns elementos desta Assembleia, nem fatia de leão, nem fatia de gatinho.” -----*

Moção apresentada pelo Grupo Parlamentar Municipal do **PSD**, do seguinte

teor: “O rio Ave apresenta uma extensão de cerca de 90 km, desde a nascente, sita na Serra da Cabreira, em Vieira do Minho, até desaguar na foz, em Vila do Conde. São sete os concelhos atravessados: Vieira do Minho, Póvoa de Lanhoso, Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Santo Tirso, Trofa e Vila do Conde. O rio Ave recebe águas de um conjunto de grandes rios ou ribeiros, desde o Cabreiro, Caniçado e Falperra, aos rios Vizela, Selho, Pele. Pelhe e Este, sendo os seus maiores afluentes o rio Este e o rio Vizela. Ao longo das suas margens, é atravessado por centenas de pontes. Algumas delas são património de elevado valor arquitetónico. Durante décadas as populações estiveram de costas voltadas para uma das suas maiores riquezas, a água, que conduziu o rio Ave a elevados níveis de poluição, ademais numa região com uma forte componente industrial e marcada pelo crescimento dos seus aglomerados urbanos. Na verdade, durante décadas o rio foi utilizado como recurso para as fábricas têxteis na obtenção de energia e como local de descarga de resíduos excedentes da produção. A imagem da região foi, inclusivamente, bastante afetada pois as notícias da poluição do rio Ave tiveram ecos nacionais e internacionais. Quase 40 anos depois e mais de 500 milhões de euros de investimento, o processo de despoluição do rio Ave apresenta resultados visíveis e positivos que importa prosseguir. Realce-se que o rio Ave não é apenas importante para a economia. É fundamental para a saúde, para o ambiente e, sobretudo, para a valorização do elemento água para as gerações atuais e vindouras. Há hoje, também, uma nova cultura, um novo olhar das populações sobre o rio Ave, fruto da mudança de mentalidades e de novas dinâmicas dos Municípios com a aposta em projetos alavancados pela melhoria da qualidade da água do rio Ave, como a construção de novos parques, percursos pedonais e a recuperação das margens ribeirinhas. O usufruto das margens ribeirinhas está a crescer o que tem conduzido ao desenvolvimento de atividades de lazer e desportivas, o



que acaba também por se traduzir no aparecimento de novas oportunidades económicas como bares, restaurantes e cafés. Como se referiu, apesar dos enormes investimentos por parte de variadas entidades e dos grandes avanços na sua despoluição, o rio Ave continua a ser vítima de infrações que prejudicam o ambiente, a biodiversidade dos ecossistemas e as atividades como a agricultura e, como não podia deixar de ser, a sua fruição. A promoção de políticas ambientais e do desenvolvimento sustentável, visando um nível de consciencialização ambiental, o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos, assim como a proteção dos recursos naturais, demandam ações concretas, preventivas e corretivas, mas devidamente pensadas, planeadas e calendarizadas no tempo. Exige-se a sua integração num plano abrangente, supra-municipal e participado por todos os agentes: Administração Central do Estado, Autarquias Locais e sociedade civil. Com efeito, a despoluição e revitalização da bacia hidrográfica do Ave, nas suas diversas facetas, pressupõe uma abordagem integrada e colaborativa, que exige, para além do papel primordial e insubstituível do Estado, o envolvimento ativo dos Municípios e das Freguesias, de acordo com os princípios da subsidiariedade e da governança multinível. Juntamente com a ação dos diversos poderes públicos, é de especial relevância incrementar a capacidade criativa da sociedade civil, incluindo aqui as organizações não-governamentais, as empresas que assumem a sua responsabilidade social e os cidadãos em geral, potenciando a cidadania ambiental. Considerando que a Lei n.º 19/2014, de 14 de abril, que define as bases da política de ambiente, estabelece que a política de ambiente visa a efetivação dos direitos ambientais, através da promoção do desenvolvimento sustentável, em conformidade com a Constituição da República, que reconhece explicitamente o direito fundamental a um ambiente de vida humano, sadio

e ecologicamente equilibrado. Considerando que a lei de bases atrás mencionada atribui ao Estado a prossecução da política de ambiente, tanto através da ação direta dos seus órgãos e agentes nos diversos níveis de decisão local, regional, nacional, europeia e internacional, como através da mobilização e da coordenação de todos os cidadãos e forças sociais, num processo participado e assente no pleno exercício da cidadania ambiental. Considerando que a Assembleia da República aprovou a Resolução n.º 63/2017, de 11 de abril, na qual se recomenda ao Governo que implemente um plano de despoluição e recuperação ambiental da bacia hidrográfica do Ave, a qual está por cumprir. Considerando que a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, define no artigo 23.º do seu anexo que constituem atribuições do Município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações e que um dos domínios das atribuições municipais é expressamente o ambiente. Considerando que compete à Assembleia Municipal tomar posição perante quaisquer órgãos do Estado ou entidades públicas sobre assuntos de interesse para o Município, bem como pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do Município, conforme estabelecem as alínea j) e k) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo da lei atrás mencionada. Considerando que a Assembleia Municipal é o órgão deliberativo por excelência do Município, tendo a responsabilidade de assumir uma postura proactiva na prossecução dos interesses próprios das populações, designadamente a proteção dos seus direitos ambientais. Pelo exposto, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere recomendar ao Governo que cumpra a recomendação aprovada por unanimidade pela Assembleia da República com vista à elaboração e à implementação de um Plano de Despoluição e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Ave.” -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR**, por unanimidade. -----



Moção apresentada pelo Grupo Parlamentar Municipal do **CDS-PP**, do seguinte teor: *“REDE DE CUIDADORES EM GUIMARÃES. Considerando que: Os cuidadores informais são pessoas que cuidam de outra, numa situação de doença crónica, deficiência ou dependência, parcial ou total, de forma transitória ou definitiva, ou noutra condição de fragilidade e necessidade de cuidado. O termo informal advém destes cuidadores ao contrário dos cuidadores formais, como os profissionais de saúde, não serem remunerados pelo seu trabalho e, na sua grande maioria, terem um percurso profissional que não lhes atribui competências específicas no domínio do cuidar; Cuidar de uma pessoa com algum nível de dependência exige lidar com uma diversidade de esforços, tensões e tarefas que podem superar as reais possibilidades do cuidador, podendo conduzi-lo à exaustão e ter um impacto a nível físico, psicológico, social e económico quer na vida do cuidador, como da pessoa foco dos seus cuidados; Sabendo que cuidar de outra pessoa cria situações de tensão e stress que comprometem a qualidade de vida do cuidador, é necessário encontrar formas de apoiar, mitigar o impacto e compensar a vida destas pessoas; Uma intervenção multidisciplinar, no pleno respeito pela pessoa idosa ou dependente, composta por elementos formais e informais, que leve a um funcionamento articulado dos diversos agentes intervenientes no terreno, poderá fazer a diferença para muitas destas pessoas que vivem sozinhas em casa, sem possibilidade de sair, seja por motivos de saúde, seja porque as condições de acessibilidade não o permitem; A ação em rede concertada, que agregue todos os cuidadores, é uma resposta fundamental e Guimarães pode ser um exemplo na criação de uma rede de cuidadores para que outras cidades a sigam. Nesse sentido, o Grupo Municipal do CDS-PP propõe à Assembleia Municipal de Guimarães que delibere: 1. Que a Câmara Municipal de Guimarães promova a criação de*

uma Rede de Cuidadores do Concelho, com o objetivo de combater o isolamento e apoiar as pessoas idosas, pessoas com deficiência ou dependentes de terceiros por outras razões; 2. Que esta rede de cuidadores inclua e enquadre os cuidadores formais e informais que, de modo informal e isolado, já prestam este serviço a muitos familiares, amigos e vizinhos e que seja um estímulo a que muitas outras pessoas assumam este papel; 3. Que esta rede de cuidadores trabalhe a capacitação e literacia dos seus membros para que a sua ação seja mais gratificante, legítima e eficaz; 4. Que a CMG reforce o seu papel dinamizador na articulação entre todos os organismos, públicos e privados, que já atuam no apoio a estas pessoas, criando uma verdadeira rede com o objetivo de identificar as necessidades, a oferta já existente e a forma de a reforçar e alargar estas respostas; 5. Que a CMG estimule os serviços municipais, juntas de freguesia e instituições sociais, a realizarem em conjunto um levantamento detalhado da situação de pessoas com dependência, seja pela idade, seja por deficiência, do município de Guimarães. 6. "Que a CMG trabalhe articuladamente com o Governo no sentido de Guimarães acolher um dos projetos piloto, de apoio ao cuidador informal, previsto no Orçamento de Estado 2019." -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR**, por maioria, com **87 votos a favor** (26 eleitos do PSD, 36 Presidentes de Junta do PSD, 10 eleitos do PSD, 11 Presidentes de Junta do PSD e 4 eleitos do CDS-PP) e **4 abstenções** (3 eleitos da CDU e 1 eleito do BE). -----

-----**DECLARAÇÕES DE VOTO**-----

Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro, em nome do Grupo Parlamentar do BE, proferiu o seguinte: *"O Bloco de Esquerda abstém-se por ter dúvidas sobre a capacidade dos órgãos locais de criar uma rede capaz de prestar cuidados de qualidade à população. Parece-nos que a formação dos cuidadores e a criação da rede deve ser uma tarefa do estado central,*



Ministério da Saúde e Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Aliás, a proposta do Bloco de criação do Estatuto de Cuidador Informal já prevê cuidadores a tempo integral, parcial e ocasional. Apesar de ter sido entregue, na Assembleia da República, em Abril de 2018, esteve a aguardar a proposta do Governo. Portanto, parece-nos que o empenho dos partidos deve estar na discussão e aprovação, ainda nesta legislatura, do estatuto que proteja os cuidadores de forma séria, com condições profissionais e económicas. A questão tem de ter uma dimensão nacional e de lei e não ficar sujeita às considerações e vontades locais, mesmo que seja importante sensibilizar as autarquias para as necessidades decorrentes do problema, não cremos que a solução seja esta, do tipo assistencialista.”-----

Luís Miguel Freitas Marques Carvalho Soares, em nome do Grupo Parlamentar do PS, proferiu o seguinte: *“É só para registar, com agrado, o consenso a que foi possível chegar-se, com o CDS, que é o promotor da iniciativa, a permitir aditar o ponto seis desta moção, e que, de alguma maneira, responde àquilo que são as preocupações também aqui mencionadas pela Deputada do Bloco de Esquerda. De facto, a rede concelhia não substitui aquilo que é o trabalho que o Governo está a desenvolver, não só no que diz respeito à aprovação do Estatuto do Cuidador Informal, mas também, naturalmente, à criação dessa mesma Rede de Cuidadores Informais, pelo contrário, não substitui, complementa e, até acrescento, que o trabalho que cada município vier a desenvolver é absolutamente determinante para que a Rede, depois no terreno, possa efetivamente funcionar. E esta é a razão do nosso voto.”-----*

Moção apresentada pelo Grupo Parlamentar Municipal da **CDU**, do seguinte teor: *“Pela Renacionalização dos CTT - Desde a privatização foram encerradas centenas de Estações dos CTT, 78 delas apenas no ano de 2018.*

A dimensão da ofensiva que a gestão privada está a levar a cabo é enorme: menos estações de correios; menos 169 trabalhadores, quando comparados com a mesma data do ano anterior; deu-se uma diminuição salarial em termos reais; prosseguimento da destruição de postos de trabalho, constante desde 2012. Neste período, os CTT distribuíram 57 milhões de euros pelos seus acionistas, como a família Champalimaud, grandes bancos europeus ou o fundo Blackrock, um valor que ultrapassa o dobro dos lucros do ano anterior. Já apresentamos no passado propostas para a nacionalização da empresa, que foram chumbadas pelo PS, PSD e CDS. Hoje, todos assumem uma "enorme preocupação" com a "degradação dos serviços" dos CTT, ao mesmo tempo que dizem que a proposta de renacionalização dos CTT surge "claramente no tempo errado". Ou seja, se por um lado lamentam profundamente a degradação progressiva dos serviços prestados pela empresa CTT, no quadro da concessão de serviço postal, por outro, remetem para mais tarde, para o fim da concessão do serviço postal aos CTT, para 2020. 2019 é o ano decisivo para perceber qual é o futuro dos CTT. Retomar o controlo público dos CTT é cada vez mais urgente de forma a impedir uma maior destruição da base material do serviço público postal que, caso contrário, obrigará a um investimento por parte do Estado de centenas de milhões de euros. A Assembleia Municipal de Guimarães, reunida em 22 de Fevereiro de 2019, delibera apelar à Câmara Municipal para que: 1. Reconhecer a importância de uma urgente renacionalização dos CTT. 2. Apelar ao Governo para que com a maior celeridade possível, torne possível a renacionalização da empresa CTT. 3. Exortar a Assembleia da República a agir no sentido de possibilitar a renacionalização da empresa CTT." -----

A Assembleia **DELIBEROU REPROVAR**, por maioria, com **84 votos contra** (26 eleitos do PS, 36 Presidentes de Junta do PS, 10 eleitos do PSD, 11



Presidentes de Junta do PSD e 4 eleitos do CDS-PP) e **4 votos a favor** (3 eleitos da CDU e 1 eleito do BE). -----

-----**DECLARAÇÕES DE VOTO**-----

Emídio Guerreiro, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, proferiu o seguinte: *“O PSD vota convictamente contra este diploma e partilha, também, com esta Assembleia Municipal de que isto foi tema de debate esta semana na Assembleia da República e, por isso, a última disposição não é viável porque já está concretizada, porque foi votada exatamente hoje de manhã um conjunto de diplomas de diversos partidos e foram todos eles rejeitados pela Assembleia da República. Por isso, esse pedido final já foi antecipadamente cumprido e ainda bem que esta moção não foi aprovada senão entraria em contradição com o que aconteceu na Assembleia da República. Contudo, não deixo de salientar que, nesta matéria, há um comportamento por parte do Partido Socialista que costuma dizer uma coisa e depois fazer outra. Na teoria, no discurso político nacional é a favor da nacionalização, juntamente com o BE e com o PCP, mas na prática, como vimos ainda hoje de manhã, e ainda bem, votou contra a nacionalização.”* ---

Luís Miguel Freitas Marques Carvalho Soares, em nome do Grupo Parlamentar do PS, proferiu o seguinte: “O Partido Socialista fará aqui o mesmo que fez em Lisboa, e esteve atento ao que se passou hoje e está atento ao debate. Há, desde logo, uma questão de princípio para que o Partido Socialista seja contra a renacionalização dos CTT, desde logo de razão prática, é que nós não sabemos o preço da renacionalização. Mas há uma segunda ordem de razão que também é importante, é que hoje os CTT é uma empresa com capital disperso em bolsa e há um conjunto de pequenos acionistas que seriam extremamente lesados precisamente com este processo de renacionalização. Mas há uma questão que é preciso dizer

e que não se pode fugir, é que se nós hoje estamos a discutir formas para melhorar o serviço dos CTT, que infelizmente todos nós reconhecemos que é péssimo, que é mau, isso deve-se a uma decisão errada, errática e que estamos hoje a pagar, que foi a privatização dos CTT e foi decisão do anterior Governo. Aquilo que o Partido Socialista defende é claro, é chegar a 2020 e, no contexto da negociação da concessão, avançar para que se possa repor aquilo que foi roubado a todos os cidadãos aquando da privatização. Uma rede eficaz, uma rede de proximidade, uma rede que acautele o serviço postal e universal, e isso para nós é possível no contexto da renegociação da concessão. Deviam fazer, de facto, a mea-culpa do erro que foi cometido há quatro anos atrás.” -----

-----**PERIODO DESTINADO AO PÚBLICO**-----

-----**INTERVENÇÕES**-----

Não ocorreu qualquer intervenção. -----

-----**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA**-----

Nos termos e para os efeitos consignados nos números três e quatro, do artigo quinquagésimo sétimo, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia **DELIBEROU APROVAR**, a ata em minuta, por maioria, com dois votos contra (Ana Paula Cardoso Lemos Damião do Grupo Parlamentar do PSD e Rui Miguel de Meira Barreira do Grupo parlamentar do CDS-PP). -----

Eram zero horas e trinta minutos do dia seguinte, o Presidente da Mesa declarou **ENCERRADA A SESSÃO**. -----

Para os efeitos consignados no número dois, do artigo quinquagésimo sétimo, da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

ATA Nº2 Fls. 41
REUNIÃO ORDINÁRIA DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

Assembleia Municipal, José João Torrinha Martins Bastos, e por mim, Maria Fernanda Azevedo Alves Fernandes, trabalhadora designada para o efeito. --